



MEMORIAL  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

# Revista do MEMORIAL



olhos da  
mata

MPMT GANHA PELA PRIMEIRA  
VEZ PRÊMIO INNOVARE



MPMT  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

[WWW.MPMT.MP.BR](http://WWW.MPMT.MP.BR)



# RENASCER

## VOCÊ JÁ SALVOU UMA VIDA HOJE?

*Instituído com o objetivo de estimular a doação voluntária de sangue e de medula óssea entre membros e servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Programa Renascer estabelece ao doador regular de sangue, aos inscritos no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) e ao doador de medula óssea, folga no dia de seu aniversário, sem prejuízo da dispensa a que se refere o inciso I do art. 124 da Lei Complementar Estadual nº 04, de 15 de outubro de 1990.*





A Revista do Memorial está disponível digitalmente e pode ser visualizada em tablets e smartphones

Posicione seu celular no QR Code e acesse a revista eletrônica



## Acompanhe o Ministério Público

Siga o Ministério Público nas redes sociais e entre em contato conosco!



[mpmt.mp.br](http://mpmt.mp.br)



[facebook.com/mpemt](https://facebook.com/mpemt)



[instagram.com/mpemt](https://instagram.com/mpemt)



[mpmt](https://youtube.com/mpmt)



### Publicação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quatro, nº237, Centro Político e Administrativo  
Cuiabá-MT. CEP: 78049-921  
Telefone: (65) 3613-5100

**Procurador-Geral de Justiça**

José Antônio Borges Pereira

**Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa**

Eunice Helena Rodrigues de Barros

**Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico e Institucional**

Deosdete Cruz Júnior

**Corregedor-Geral**

Hélio Fredolino Faust

**Corregedor-Geral Adjunto**

João Augusto Veras Gadelha

**Secretário-geral de Gabinete**

Milton Mattos da Silveira Neto

**Promotora de Justiça Auxiliar da Procuradoria**

**Geral de Justiça**

Hellen Uliam Kuriki

**Promotora de Justiça Auxiliar da Procuradoria**  
**Geral de Justiça**

Claire Vogel Dutra

### MEMORIAL DO MPMT

**Coordenação do Memorial e Presidente do Conselho Curador**

Eunice Helena Rodrigues de Barros

**Membros - Conselho Curador**

Januária Dorileo

Henrique Schneider Neto

José Floriano Nunes Dias

**Servidores - Conselho Curador**

João Pedro de Campos Filho

José Gabriel da Silva

Loaci Argemira Cavalcanti

Rafael Adão

### DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

**Reportagem**

Janã Pinheiro

Anderson Pinho

Clênia Goreth

Ana Luiza Anache

Rosângela Miles

**Projeto Design Gráfico e Diagramação**

Emanuel Evandir S. Costa

**Revisão**

Tinho da Costa Marques

Imagens: Acervo Memorial MPMT

DECOM/MPMT

# Sumário



06

## EDITORIAL

Ministério Público de Mato Grosso tem atuação forte na defesa do Meio Ambiente

08

## OLHOS DA MATA

Projeto do Ministério Público de Mato Grosso vence Prêmio Innovare

16

## ENTREVISTA PINGUE-PONGUE

Especializada Ambiental comemora novo momento após instalação de Promotorias de Bacias Hidrográficas

19

## CONHECIMENTO COMPARTILHADO

Atuação dos promotores é reforçada com a criação dos Centros de Apoio Operacional

21

## MINHA HISTÓRIA NO MPMT

Por Sílvia Guimarães, Promotora de Justiça aposentada

23

## CIDADANIA

Projeto CidoVera promove segurança e melhora a mobilidade urbana do município

26

## ÁGUA PARA O FUTURO

Cartilha ensina passo a passo para implantação de metodologia do projeto





## MINHA HISTÓRIA NO MPMT

30

Por Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior,  
Procurador de Justiça

## OPERAÇÃO POLYGONUM

33

Trinta e seis por cento dos cadastros ambientais  
rurais cancelados são regularizados

## QUALIDADE DE VIDA

39

Espaço Conviver é aprovado pelos servidores da  
PGJ

## NOVOS MEMBROS

41

Quatro Procuradores de Justiça são empossados  
em 2019

## HISTÓRIA PRESERVADA

44

Arquivo do MP centraliza atividades na sede das  
Promotorias

## POR DENTRO DO MP

46

Fatos e Relatos: uma das maiores obras do mundo  
jurídico é doada para o Memorial do MPMT

## EU VISITEI O MEMORIAL

48

Cliques de quem passou pelo nosso espaço cativo



# Editorial

## MINISTÉRIO PÚBLICO INOVA NA DEFESA DO M

**Q**ue me perdoem os leitores mas, modéstia à parte, os membros do Ministério Público mato-grossense têm se projetado no seio da nação brasileira e isso, seja proclamado, nos enche de orgulho!

Explico: desde 2013 o Ministério Público de Mato Grosso vem se destacando, angariando diversas premiações em nível nacional, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Em 2013, na Categoria Transformação Social, com o trabalho “Em busca de uma tutela eficiente em favor das vítimas de criminalidade”, de autoria do Promotor de Justiça Márcio Florestan Berestinas (3º lugar); em 2015, também na categoria Transformação Social, com o projeto “Educando para recuperar”, de autoria do Promotor de Justiça Márcio Florestan Berestinas (1º lugar) e, na mesma categoria, “Lá em casa quem manda é o respeito”, de autoria da Promotora de Justiça Lindinalva Correia Rodrigues (3º lugar) e, na categoria Diminuição da Criminalidade, “Núcleo de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas”, de autoria do Promotor de Justiça Gustavo Dantas Ferraz (3º lugar); no ano de 2017, na categoria Indução de Políticas Públicas, abordando a temática “Quem aceita o trabalho escravo ajuda a cavar esta cova”, de autoria do Procurador de Justiça Paulo Roberto Jorge do Prado (1º lugar) e, na mesma categoria, “Verde Rio”, de autoria da Promotora de Justiça Ana Luiza Ávila Peterlini de Souza e do Promotor de Justiça Joelson de Campos Maciel; ainda no ano de 2017, na categoria Transformação Social, com “Livro: porta de entrada para a Cidadania”, de autoria do Promotor de Justiça Márcio Florestan Berestinas, juntamente com o Juiz de Direito Carlos Augusto Ferrari e a secretária Municipal de Educação de Sorriso da época, Abilene Bastos Queiroz (2º lugar) e, ainda, nessa mesma categoria, “Leitura: caminho do saber”, de autoria do Promotor de Justiça Márcio Florestan Berestinas e do Juiz de Direito Carlos Augusto Ferrari (3º lugar); no ano de 2018, na categoria Defesa dos Direitos Fundamentais, com o “Projeto Água Para o Futuro”, de autoria do Promotor de Justiça Gerson Natalício Barbosa (1º lugar), e na categoria Indução de Políticas Públicas, com o trabalho “Rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher de Barra do Garças e Pontal do Araguaia”, de autoria das Promotoras de Justiça Hellen Uliam Kuriki e Luciana Rocha Abrão David. E agora, recentemente, no ano de 2019, pela primeira vez conquistamos o primeiro lugar do prêmio INNOVARE com o projeto de autoria do Promotor de Justiça Cláudio Ângelo Correa Gonzaga, em parceria com nosso servidor, engenheiro florestal, José Guilherme Roquete, denominado “Olhos da Mata”, que impede o desmatamento ilegal em tempo muito próximo ao real, uma iniciativa extraordinária que você terá oportunidade de conhecer melhor ao ler a matéria encartada nesta edição da nossa revista.

Ainda fazendo coro com a minha fala inicial, de que o Ministério Público mato-grossense está se projetando nacionalmente, vocês terão a oportunidade de conhecer mais de perto um outro

## O MEIO AMBIENTE



membro ministerial de Mato Grosso, o Procurador de Justiça Luiz Alberto Esteves Scaloppe, um apaixonado pelas causas relativas à preservação do meio ambiente e que pretende, frente à Procuradoria Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística, da qual é titular, levar para além das nossas fronteiras nacionais, os projetos do nosso Ministério Público referentes às áreas ambiental e urbanística. Vejam pois, que não estou usando de falsa modéstia. A entrevista é um verdadeiro deleite para aqueles que anseiam ver as nossas causas divulgadas em toda a América Latina. Lendo a entrevista, tenho certeza de que ficarão encantados com os projetos que já foram e estão sendo desenvolvidos em defesa do nosso meio ambiente.

Contando a sua história na nossa instituição temos os depoimentos com a Procuradora de Justiça Sílvia Guimarães, já aposentada, e com o Procurador de Justiça Waldemar Rodrigues dos Santos Junior; ambos ingressaram na nossa instituição nos idos de 1979 e têm muita história boa para contar; a começar pelas dificuldades enfrentadas naquela época, tanto pela falta de vias de transporte adequadas para o acesso às comarcas, onde estavam instaladas as promotorias que nem sequer prédio próprio possuíam, quanto à dificuldade enfrentada pela Procuradora de Justiça aposentada Sílvia, pelo fato de ser mulher ocupando um cargo que, até então, era ocupado eminentemente por homens.

Neste breve introito já deu para se ter ideia do quanto nossa revista está “Digoreste” (no linguajar cuiabano, ótimo, bom, exímio). Apreciem-na, sem moderação!

**Eunice Helena Rodrigues de Barros**

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa e Coordenadora do Memorial do MPMT

**ESPECIAL**

# OLHOS DA MATA

- 09 • Olhos da Mata vence Prêmio Innovare
- 11 • Conheça o passo a passo da iniciativa
- 12 • Innovare reconhece práticas que aproximam o Sistema de Justiça do cidadão
- 13 • Olhos da Mata contribui para reduzir emissões de gases do efeito estufa
- 14 • Desafio da corrida contra o tempo
- 15 • Projeto tem resultados comprovados na prática





O projeto concorreu com 165 práticas no país na mesma esfera

INÉDITO

## OLHOS DA MATA VENCE PRÊMIO INNOVARE

Por Ana Luiza Anache

O prêmio Innovare é nosso! Pela primeira vez na história, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso recebeu a maior premiação do Sistema de Justiça brasileiro. O projeto “Olhos da Mata - Coibindo o Desmatamento Ilegal em Tempo Próximo ao Real”, desenvolvido pela Promotoria de Justiça de Itiquira (a 357km de Cuiabá) em parceria com o Centro de Apoio Técnico à Execução (Caex) Ambiental, foi o grande vencedor da 16ª edição do prêmio, em 2019, na categoria Ministério Público.

O projeto concorreu com outras 165 práticas do país na mesma esfera. O vencedor foi anunciado em solenidade realizada em Brasília (DF), dia 3 de dezembro, pela ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal (STF). A magistrada também foi a responsável por entregar o troféu ao promotor de Justiça Claudio Angelo Correa Gonzaga e ao engenheiro florestal do MPMT José Guilherme Roquette.

“Esse reconhecimento é o resultado do trabalho de muitas pessoas e órgãos, a começar pelas organizações da

sociedade civil que desenvolvem as ferramentas gratuitas que utilizamos, os servidores de nossa Promotoria de Justiça que, sem possuir formação técnica específica, se debruçaram sobre o problema, o apoio da Administração Superior do Ministério Público e do Caex Ambiental, a seriedade e competência da Polícia Militar de Proteção Ambiental, dentre outros”, avalia Claudio Angelo Correa Gonzaga.

“É uma grande honra receber esse prêmio especialmente pelo fato de mostrar como a Ciência Jurídica e a Ciência Florestal podem e devem se complementar para a proteção ao meio ambiente. E estar ao lado do promotor de Justiça Cláudio Gonzaga também foi uma grande satisfação, principalmente pelo profissionalismo e dedicação na proteção ao meio ambiente. Ele é uma pessoa que tem uma percepção ambiental fora do comum, que certamente ainda terá muito a oferecer na busca do MPMT por um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações”, afirma José Guilherme Roquette.

Para o procurador-geral de Justiça do Estado, ser contemplado com o Prêmio Innovare é um reconhecimento ao trabalho inédito realizado. “O Olhos da Mata possibilita uma ação rápida do poder público contra a prática de crimes ambientais tão dolosos como o desmatamento e as queimadas ilegais, mas também realça o compromisso do Ministério Público de Mato Grosso com a defesa do meio ambiente, dos nossos recursos naturais, num momento em que o mundo todo já sofre as graves consequências do aquecimento global”, avalia José Antônio Borges Pereira.

## PRÊMIO INNOVARE

O prêmio mais importante da Justiça brasileira é uma realização do Instituto Innovare, da Secretaria Nacional de Justiça e de associações jurídicas. “Muito se fala sobre os problemas do Judiciário, o Innovare fala sobre as soluções. Nós pretendemos valorizar as boas práticas que trazem melhorias para o funcionamento do Judiciário, aqueles que fazem a diferença, aqueles que pensam fora da caixa, aqueles que inovam. Essa é a nossa intenção”, afirmou o diretor-presidente do Innovare, Sérgio Renault, após a



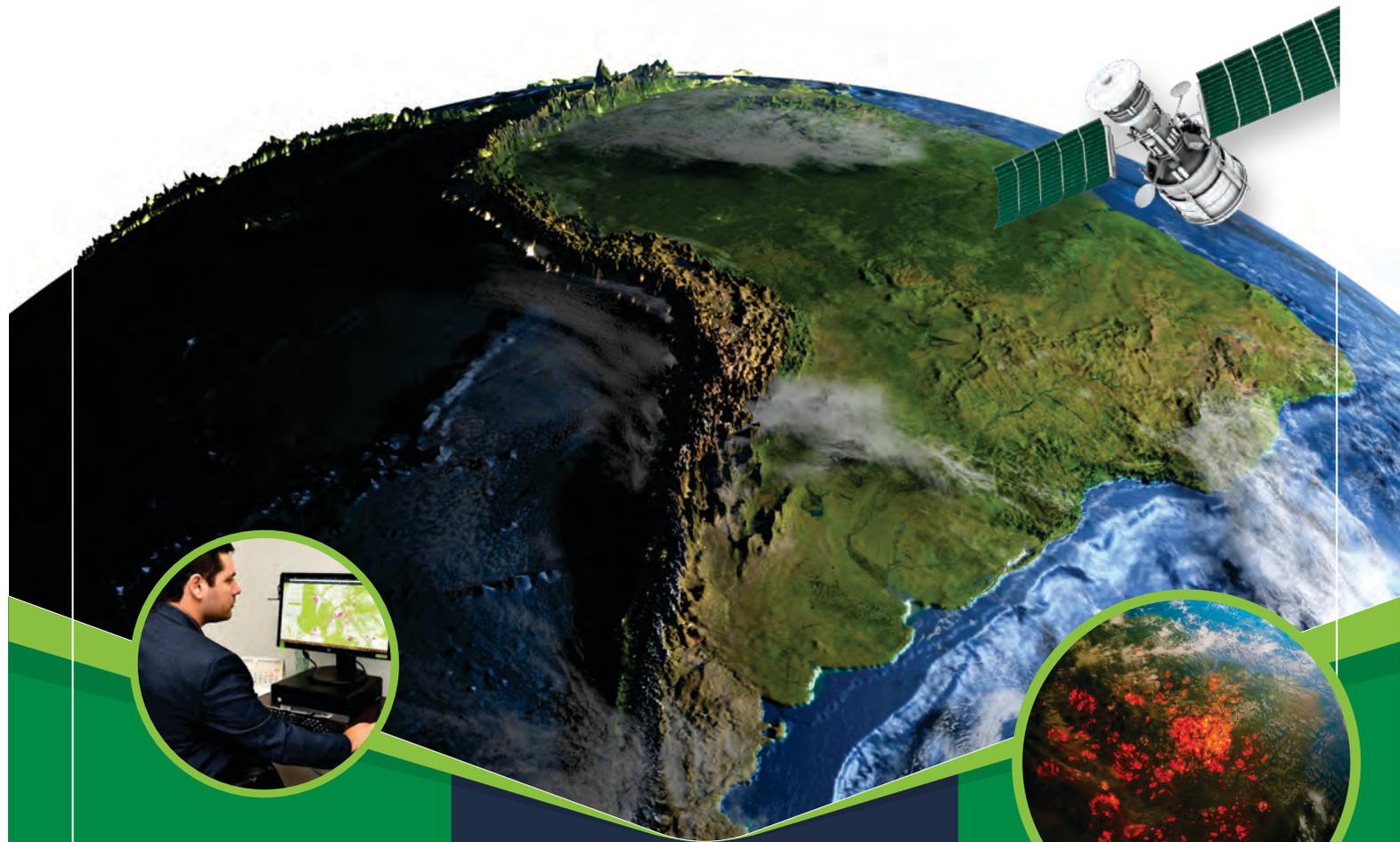
Promotor de Justiça Cláudio Gonzaga, o ministro do STF Luís Roberto Barroso e o eng. florestal José Guilherme

solenidade de entrega dos troféus.

O prêmio tem por objetivo identificar e disseminar atividades inovadoras, criativas e com resultados comprovados, que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil, bem como favorecer a uma mobilização nacional em favor da modernização, rapidez, eficiência e do aumento da qualidade dos serviços entregues aos cidadãos.



Promotor de Justiça Cláudio Gonzaga recebe o prêmio da ministra do STF Carmen Lúcia Rocha



## CONHEÇA O PASSO A PASSO DA INICIATIVA

Idealizado pelo promotor de Justiça Claudio Gonzaga e pelo engenheiro florestal do Caex Ambiental José Guilherme Roquette, o projeto “Olhos da Mata” consiste em um procedimento operacional que combina tecnologias de sensoriamento remoto com dados públicos, visando coibir o desmatamento ilegal. A ideia é antecipar a atuação do órgão em relação aos crimes que destroem florestas, savanas e pantanais.

A iniciativa possibilita a investigação direta pelo Ministério Público do desmatamento ilegal utilizando imagens de satélite para identificar áreas de perda de cobertura florestal. “Nós conseguimos realizar a intervenção poucos dias depois do início do desflorestamento. Então o dano ambiental é menor e isso facilita, inclusive, a celebração de acordos com os proprietários das áreas, visando a reparação integral do dano”, explica o promotor de Justiça.

O projeto recebe alertas como o GLAD e o VIIRS, disponíveis na plataforma Global Forest Watch ([www.globalforestwatch.org](http://www.globalforestwatch.org)), em tempo próximo ao real das ocorrências. Cruzando a informação de um alerta com a base do Cadastro Ambiental Rural (CAR), é possível identificar o proprietário do imóvel. E, a partir do Infoseg, encontrar seu endereço e telefone, a fim de expedir uma notificação para o suposto autor do fato assim que este iniciou o desmatamento ilegal.

Conforme o promotor de Justiça, o resultado é positivo. “Além das ferramentas serem gratuitas, as intervenções, na maior parte das vezes, deram-se com uma ligação telefônica, e-mail ou correspondência com aviso de recebimento, com custo reduzido se comparado à fiscalização ou operações ‘in loco’. Assim, medidas como essa ficam reservadas aos casos dos desmatadores mais recalcitrantes, geralmente resultando em apreensão de maquinário, com o apoio inestimável da Polícia Militar de Proteção Ambiental”, acrescenta.

José Guilherme Roquette conta que o CAEx Ambiental contribuiu diretamente na elaboração do procedimento operacional para a atuação ministerial, ou seja, na metodologia desde a identificação dos desmatamentos e queimadas, validação por sensoriamento remoto utilizando imagens de satélites, verificação da legalidade dos impactos, identificação dos responsáveis e nos cálculos do valor monetário dos danos ambientais materiais. “Buscamos aliar sempre facilidade e agilidade na operação com a economia de recursos, especialmente financeiros”, revela, destacando ainda o apoio na realização das perícias ambientais quando necessário.



## INNOVARE RECONHECE PRÁTICAS QUE APROXIMAM O SISTEMA DE JUSTIÇA DO CIDADÃO

Ser um dos sete vencedores da 16ª edição do Prêmio Innovare significa que o projeto “Olhos da Mata - Coibindo o Desmatamento Ilegal em Tempo Próximo ao Real” é uma iniciativa que deixa o Ministério Público do Estado de Mato Grosso e o Sistema de Justiça como um todo mais próximo do cidadão. E o promotor de Justiça Claudio Angelo Correa Gonzaga reconhece isso. “Recebemos esse prêmio como uma legitimação da sociedade civil, representada pelo Instituto Innovare, cuja comissão julgadora é composta por algumas das maiores autoridades do Sistema de Justiça do Brasil”, afirma.

Conforme o promotor, o troféu representa, acima de tudo, reconhecimento. “Além de nos incentivar a continuar com o projeto Olhos da Mata, apesar de todas as dificuldades e os desafios enfrentados, vemos o prêmio como um endossamento desse trabalho de investigação direta do desmatamento no âmbito extrajudicial e de atuação precaucionária do Ministério Público. Interpretamos também como uma resposta, um sinal dessa mesma sociedade civil, de que os brasileiros não aceitam e não se conformam com o retrocesso na área ambiental. De que não só a comunidade internacional, mas os brasileiros, estão profundamente preocupados e engajados em relação aos problemas ambientais que vivenciamos na Amazônia Legal”, destaca.

Claudio Gonzaga conta ainda que o primeiro lugar na categoria Ministério Público, dentre 166 práticas inscritas

este ano, não era esperado. “Foi uma grande surpresa e uma grande alegria ser escolhido pelo Prêmio Innovare, que é a maior premiação da justiça brasileira, diante de tantos projetos extraordinários realizados no país. É uma honra dividir isso com o José Guilherme Roquette. Poderíamos resumir toda essa experiência em uma única palavra: gratidão. Gostaria de fazer um agradecimento expresso a todos aqueles que colaboraram para a prática”, enfatiza.

“O prêmio reflete ainda o anseio da sociedade pelo combate aos desmatamentos e queimadas ilegais, que são uns dos maiores problemas ambientais no Brasil e têm chamado a atenção até mesmo da comunidade internacional”, avalia José Guilherme Roquette. Para ele, a escolha da comissão julgadora reforça a necessidade de atuação conjunta entre os membros do Ministério Público que atuam na área fim com profissionais da área meio, sobretudo em temas multidisciplinares, como o meio ambiente.

O engenheiro florestal também ressalta a parceria com a Promotoria e agradece o apoio dos promotores de Justiça coordenadores do Centro de Apoio Operacional (CAOP), José Mariano de Almeida Neto, e do Caex Ambiental, Marcelo Caetano Vacchiano. “É um verdadeiro trabalho em equipe, todos foram fundamentais para o desenvolvimento do projeto”, opina.



## CONTRIBUINDO PARA REDUZIR AS EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA

A Organização Meteorológica Mundial (OMM), ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), divulgou no fim do ano passado que a concentração dos principais gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera alcançou recorde em 2018 e que não há indícios de desaceleração visíveis. O estudo considera a quantidade de gases que permanece na atmosfera e não expelida, já que os oceanos absorvem quase 25% das emissões totais.

De acordo com os cientistas, o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), que é o principal gás causador do efeito estufa, atingiu a concentração de 407,8 partes por milhão (ppm). A emissão desse gás está associada a atividades humanas como desmatamento ilegal e queimadas, áreas de atuação do projeto “Olhos da Mata - Coibindo o Desmatamento Ilegal em Tempo Próximo ao Real”, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT).

Conforme o promotor de Justiça Claudio Angelo Correa Gonzaga, o desmatamento ilegal é responsável por 35% das emissões de gases do efeito estufa no Brasil, configurando-se como a atividade de maior impacto nas emissões do país, inclusive superior às emissões da frota nacional de veículos automotores. “Garantir o cumprimento das normas ambientais brasileiras para proteger as florestas é uma das principais contribuições que o Ministério Público pode oferecer para

atenuar uma mudança climática abrupta e catastrófica”, observa o promotor.

É nesse contexto que o MPMT desenvolveu o projeto “Olhos da Mata”. “O objetivo principal é reduzir ao máximo o tempo de reação do Estado diante de indícios do ilícito ambiental. Considerando que o desmatamento ilegal e as queimadas são as principais fontes brasileiras para o aquecimento global, essa iniciativa mato-grossense tem muito a contribuir não só para o país, como para todo o planeta”, afirma Claudio Gonzaga.



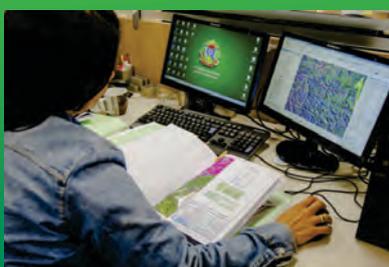
Segundo o promotor de Justiça, levantamento realizado no município de Itiquira aponta que 100% dos desmatamentos detectados entre os anos de 2014 R 2017 ocorreram de forma ilegal, sem a devida autorização do órgão competente. “No mesmo período, não foi identificado, em consulta às bases, nenhum embargo ou auto de infração por motivo relacionado ao desmatamento, lavrados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) ou pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). E, diante da ausência de autos administrativos, não foram ajuizadas ações visando a reparação civil do dano ambiental por esses fatos”, revela, enfatizando que a ordem fato, auto de infração e atuação do MPMT não deve ser uma camisa de força.

# DESAFIO DA CORRIDA CONTRA O TEMPO

O promotor de Justiça Claudio Gonzaga explica que, diversamente do que ocorre na esfera administrativa e penal, na esfera cível - da reparação civil do dano ambiental - o Ministério Público tem a seu favor a possibilidade de inversão do ônus da prova. "Abre-se a possibilidade de atuação do órgão com o mero recebimento de alertas, encurtando-se, assim, o tempo de reação do Estado ao dano ambiental de meses para dias e a um custo reduzidíssimo, com notificação por meio eletrônico ou pelos Correios", argumenta.

Na visão do promotor de Justiça, não há justificativa para se aguardar o aporte de auto de infração do órgão administrativo para que o Ministério Público atue. "Ao contrário, o Ministério Público não só pode como deve ser o primeiro dos órgãos estatais a atuar diante de indícios de ilícito de dano ambiental, seja pelas prerrogativas de que dispõe a tutela coletiva do meio ambiente, seja por se tratar de órgão cuja atuação independe dos ventos políticos momentâneos", defende.

Ele explica que, normalmente, do início da ocorrência de um ilícito ambiental à promoção da responsabilização civil e penal pelo ilícito ambiental há, em regra, um lapso temporal de vários meses. Isso porque, após a detecção por um alerta (como o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real – Deter, por exemplo), ocorre o processamento e emissão do respectivo boletim, a conferência "in loco" dos polígonos, a lavratura de um auto de infração (para fins de responsabilidade administrativa) e o aporte ao Ministério Público.





## PROJETO TEM RESULTADOS COMPROVADOS NA PRÁTICA

Diversas ações já foram executadas pela Promotoria de Justiça de Itiquira por meio do projeto "Olhos da Mata", com destaque para a destruição de carvoarias em fazendas na região, prisões por desmatamento ilegal e apreensão de maquinários. Em abril deste ano, policiais militares ambientais localizaram e destruíram carvoarias ilegais que operavam sem licença para funcionamento nas fazendas Ponte de Pedra e Oliveira, em cumprimento a requisição da Promotoria. A operação foi realizada com base na diretriz do projeto, com apoio da 2ª Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental de Rondonópolis.

No caso das duas fazendas, os alertas GLAD apontavam para desmatamento ilegal de matas que circundam o Rio Itiquira, uma das cabeceiras do Pantanal, com o objetivo de produzir carvão vegetal. Além do desmatamento ilegal, na Fazenda Ponte de Pedra foi encontrada uma carvoaria em pleno funcionamento com dois fornos acesos e 290 sacos de carvão vegetal armazenados. O proprietário informou não possuir as licenças ambientais necessárias para a prática da atividade. Já na Fazenda Oliveira, foram encontrados três fornos, sendo dois em funcionamento, e 278 sacos de carvão vegetal. Os fornos utilizados para transformar madeira de lei em carvão foram destruídos e o estoque de carvão vegetal apreendido.

Em maio, o MPMT, em parceria com a Polícia Militar, notificou o proprietário da Fazenda Vale dos Buritis para cessar atividade que, segundo os alertas recebidos via satélite, indicava ser de desmatamento ilegal. A equipe encontrou um trator esteira em plena atividade, derrubando a floresta nativa. Três pessoas foram apreendidas em flagrante pelo crime de desmatamento

ilegal e, após a elaboração do Termo Circunstanciado, foram liberados. O proprietário do imóvel, que não se encontrava no local no momento da diligência, também será responsabilizado. Além do trator esteira, foram apreendidos um veículo Toyota Bandeirantes e uma motosserra.

No mês seguinte, durante o feriado de Corpus Christi, uma operação resultou na apreensão de três tratores de esteira e na condução de uma pessoa em flagrante por desmatamento ilegal na Fazenda Nossa Senhora de Aparecida do Norte. "Os responsáveis alegaram que realizavam limpeza de pastagem, mas se constatou que, em dada circunstância, passaram efetivamente a realizar desmatamento ilegal, com a supressão de cobertura florestal. Nesse momento, dois alertas GLAD foram disparados e o Ministério Público agiu para coibir a ação logo em seu início, inclusive acionando a PM Ambiental, já que havia indícios de flagrante delito", esclareceu o promotor à época. **M**



## ENTREVISTA PINGUE-PONGUE

Por Clénia Goreth

Foi com um largo sorriso e com muita pressa, características que lhe são peculiares, que o procurador de Justiça em Mato Grosso, Luiz Alberto Esteves Scaloppe, 68 anos, abriu as portas de seu gabinete, na Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística, e pediu para que entrássemos, após alguns minutos de espera na antessala. Já na entrada, um calendário cheio de anotações com canetas coloridas fixado na parede, ao lado de sua mesa, indicava que o ano de 2019 foi repleto de compromissos e realizações.

“Estamos encerrando as atividades desse ano (2019), acabei de chegar de viagem e ainda tenho muitas coisas para fechar. Não será uma entrevista demorada, né?”, indagou o procurador de Justiça, olhando rapidamente para as anotações em sua mesa.

Aos poucos, no entanto, a conversa foi fluindo. A empolgação e a sensação de dever cumprido pelo trabalho realizado no decorrer do ano foram ganhando espaço e a pressa, tão perceptível até minutos atrás, parecia não mais existir. Uma, duas, três horas, não sei precisamente quanto tempo durou a entrevista, mas os rumos que essa conversa tomou você confere agora.

**CONSEGUIREMOS EM 2020  
PROJETAR EM NÍVEL  
INTERNACIONAL PROJETOS  
DESENVOLVIDOS PELO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DE MATO GROSSO.**

*Luiz Alberto Esteves Scaloppe*

# ESPECIALIZADA AMBIENTAL

## COMEMORA NOVO MOMENTO APÓS INSTALAÇÃO DE PROMOTORIAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS



### **Várias atividades foram realizadas em 2019, as metas estabelecidas foram alcançadas?**

**Scaloppe:** O trabalho de defesa do meio ambiente natural e da ordem urbanística deve ser contínuo e precisa vencer as resistências financeiras, burocráticas e, às vezes, até mesmo da cultura institucional. Essas coisas foram de certo modo vencidas. O ano de 2019 foi fabuloso, conseguimos concluir a última etapa da meta de implantação das promotorias de justiça de bacias hidrográficas. Essa é uma vitória incrível! Algumas promotorias já estão em andamento, todas nominadas e instaladas. Esse é um novo momento. E para coroar isso nós recebemos, após várias negociações, recursos para financiar a implantação dessas promotorias. Então, além do trabalho comum, diário, importantes que fazem todos os promotores de Justiça na área de urbanismo, na área ambiental, nós conseguimos também essa vitória que é para mim um momento muito importante.

Outra conquista significativa foi a nossa recondução à coordenação-geral da Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental. Com essa representatividade, conseguiremos em 2020 projetar em nível internacional projetos desenvolvidos pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

### **Quantas são, onde estão localizadas e qual a importância das promotorias de justiça de bacias hidrográficas?**

**Scaloppe:** São 13 promotorias de justiça de bacia hidrográfica: a do Aripuanã/Baixo Juruena; Alto Araguaia; Alto Paraguai; Guaporé; Baixo Teles Pires; Xingu Oeste; Cuiabá; São Lourenço; Médio Araguaia; Baixo Araguaia e Xingu Leste; Alto Juruena; Alto Teles Pires e Xingu Sul.

A área de atuação de uma promotoria de justiça de bacia hidrográfica ultrapassa as barreiras formais e restritas da tradicional divisão geográfica das Promotorias de Justiça, pois como "Bacia Hidrográfica" se está definindo o território com fluxo hidrológico específico, ecossistemicamente integrado, que determina o movimento da vida natural: além da fauna e da flora, o bem-estar do ser humano.

A nova divisão administrativa facilita a fiscalização e defesa da gestão coerente dos recursos hídricos, que considere os impactos das atividades humanas, a presença dos Comitês de Bacias Hidrográficas e o instituto da outorga onerosa do direito de uso de recursos hídricos, assegurando o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício do direito de acesso aos recursos hídricos.

### **A defesa dos recursos hídricos foi uma das prioridades do Ministério Público de Mato**

### **Grosso?**

**Scaloppe:** Com certeza, e avançamos muito nessa área. Além da instalação das promotorias de justiça de bacia hidrográfica, desenvolvemos o projeto de defesa das áreas úmidas que iniciamos há dois anos, e agora conseguimos concluir. Com esse projeto foi possível realizar um diagnóstico e criar uma metodologia para valoração dos bens ambientais nas áreas úmidas do Guaporé, Pantanal do Araguaia e Pantanal do Paraguai, rios que cortam o território mato-grosense.

Esse diagnóstico identificou os principais problemas existentes nas áreas úmidas, entre eles, a drenagem, desmatamento das nascentes, conflitos no uso de recursos pesqueiros e lançamento de efluentes, inclusive em áreas urbanas. O projeto foi desenvolvido em parceria com o Núcleo de Estudos Jurídicos e Pesquisas Ambientais (NEPA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Além da identificação dos principais problemas ambientais, o projeto também possibilitou a análise da atuação do Ministério Público Estadual para a proteção dessas áreas. O objeto de estudo envolveu em torno de 60 promotorias de Justiça. No decorrer do levantamento, foi constatada a existência de mais de 300 procedimentos instaurados pelo MPMT relacionados ao assunto, entre inquéritos civis, procedimentos preparatórios e ações civis públicas.

A iniciativa contemplou ainda a realização de audiências públicas e capacitações sobre técnicas de valoração do dano ambiental nas áreas úmidas. Esperamos com este projeto que os operadores do Direito, ao se valerem do conhecimento científico disponível em Áreas Úmidas, tornem mais efetiva a defesa desses raros e delicados ecossistemas.

### **E na defesa da ordem urbanística, quais foram os avanços?**

**Scaloppe:** Foram várias conquistas, mas tenho especial carinho pelo projeto que viabilizou a criação do Instituto Cidade Legal, iniciativa desenvolvida em parceria com os promotores de Justiça Carlos Eduardo Silva e Maria Fernanda Corrêa da Costa que atuam, respectivamente, em Cuiabá e Várzea Grande. Fiz o projeto com a universidade e o produto foi a entrega de uma entidade organizada para a sociedade civil, articulando com as pessoas. Hoje ela está com diretoria, registrada, conta aberta, está recebendo apoio financeiro e tem um projeto de fazer o primeiro encontro de meio ambiente urbano da América Latina aqui em Cuiabá, neste ano. Esse foi um projeto muito importante que a gente fez, além das atividades normais de bacias hidrográficas, das promotorias de justiça de direito urbanístico.

### **O planejamento estratégico do MPMT acaba de ser revisto, quais serão as prioridades na área ambiental para os próximos quatro anos?**

**Scaloppe:** O que está previsto é uma vertente em defesa da água, da sua cobrança, outorga, qualidade e proteção. E outra prioridade é a conscientização e trabalhos de defesa de uma melhor ordenação territorial urbana. Primeiro trabalhar a legislação, a gente já está trabalhando para viabilizar a cobrança de água na zona rural, isso vai enfrentar uma série de resistências. Com apoio do Instituto Cidade Legal realizaremos debates e capacitação dos promotores para a defesa das cidades também e, claro, sempre a luta contra o desmatamento.

Pretendemos enviar projeto de lei à Assembleia Legislativa para a cobrança da água. E outra coisa que precisamos fazer são os chamados enquadramentos dos corpos hídricos e o financiamento de saneamento também na Baixada Cuiabana. Já tem um projeto do Comitê de Bacias Hidrográficas, tudo isso para este ano. Na luta também contra os loteamentos ilegais e a organização das cidades com um plano diretor mais adequado.

### **A exemplo da área do meio ambiente, o MPMT também possui procuradorias especializadas na cidadania, patrimônio público, criança e adolescente e criminal. Essa organização foi uma decisão acertada?**

**Scaloppe:** Eu falo em todos os Ministérios Públicos por onde passo, que nós somos um Ministério Público organizado. Começamos a nos informatizar muito antes que outros e também cuidamos muito da nossa organização e capacitação. Parece que não, mas nós fizemos muita coisa no MPMT. E de um momento para o outro, depois de 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal, nós crescemos bastante e também em qualidade.

Tem muitos colegas de outros estados que querem implantar procuradorias especializadas para ter uma expertise maior no assunto. Eu recebo aqui todos os processos que vêm para a segunda instância, criminais e cíveis na área ambiental urbanística, significa que eu tenho uma equipe mais especializada, antenada com a jurisprudência e preparada para o que está acontecendo e a gente pode auxiliar mais o promotor nesse sentido.

### **Além da atuação institucional, o senhor também possui uma vida acadêmica ativa. Quais são os planos para 2020?**

**Scaloppe:** Eu pedi licença prêmio na Universidade Federal de Mato Grosso e depois vou me aposentar, não volto mais a dar aula. Eu estou priorizando neste momento a publicação de livros. Lancei duas obras em

2019 e lançarei mais dois livros coletivos, além do meu livro sobre ciência política ainda este ano, que é mais elaborado e será vendido para as faculdades.

Com o término do compromisso diário com a universidade, terei condições de me dedicar mais à Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental (Redempa) e também à Procuradoria de Justiça Especializada. Estou ministrando aula em mestrados e doutorados, então continuo na atividade acadêmica nesse sentido. Estou no Conselho Diretor da Universidade Federal também. Então eu quero contribuir mais com isso, com o Ministério Público.

### **Quais são os planos para a carreira no MP?**

**Scaloppe:** Eu vou completar agora 40 anos de MP, quatro décadas, é muito tempo. E de universidade 38 anos, estou me aposentando. Estou fazendo uma programação, se puder financeiramente, claramente digo isso, aposentar depois dos 70 anos.

Eu fui promotor de Justiça Militar. Fui o primeiro defensor do patrimônio público formalmente depois da Constituição de 88, fui o primeiro curador no Estado de cultura, de patrimônio histórico e eu fui de todas as curadorias, menos do meio ambiente. que foi o Dr. Guiomar.

Fiz uma revolução muito grande depois da Constituição de 88 na Promotoria Militar, porque eu atuei assessorando os constituintes, eu que organizei o texto constitucional, a primeira publicação foi eu que fiz o índice até o final dele. Também tive uma experiência no interior do estado, trabalhei em todas as áreas.

Inovações sempre me desafiam e tenho novos projetos para fazer também. Tenho dois grandes projetos para fazer na América Latina, que é o de Justiça Ambiental, que inclusive já tenho financiamento. E outro sobre os financiamentos das grandes obras no Brasil, que também já tenho financiamento. Isso eu vou fazer pela Rede Latino-Americana. Vou fazer também um curso de capacitação de renovação do inglês e espanhol para melhorar minha pronúncia e a versatilidade, enquanto minha saúde dá. **M**



# ATUAÇÃO DOS PROMOTORES É REFORÇADA COM A CRIAÇÃO DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL



Por Clênia Goreth

Instituídos com o objetivo de auxiliar os promotores de Justiça na defesa do meio ambiente, o Centro de Apoio Técnico à Execução Ambiental (CAEX) e os Centros de Apoio do Meio Ambiente Natural, Meio Ambiente Urbano e de Assuntos Fundiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso já apresentam resultados.

No CAEX Ambiental, de maio a outubro do ano passado foram atendidas 163 solicitações de perícias. Os pedidos foram feitos por promotores de Justiça de todo o estado por meio do Sistema de Apoio Técnico (SAT), que permite a formatação de solicitações obedecendo aos requisitos mínimos para elaboração de análises conclusivas.

As análises são realizadas por equipe multidisciplinar, formada por geólogos, engenheiros, biólogos, entre outros profissionais. São esses profissionais que estão ajudando o MPMT a entender, por exemplo, a dinâmica do desmatamento. Demandas relacionadas ao ordenamento urbano, nascentes degradadas, saneamento, aterros sanitários, organização das cidades, hidrelétricas, entre outras, também passam pelo setor.

“Com o geoprocessamento de imagens conseguimos

identificar a dinâmica do desmatamento, quantificando e qualificando-o ano a ano. Outras questões relacionadas ao ordenamento urbano, análise, captação e distribuição de água, tratamento de esgotos, aterros sanitários também são analisadas pela equipe multidisciplinar”, explica o coordenador do CAEX Ambiental, promotor de Justiça Marcelo Caetano Vacchiano.





Os CAOs Meio Ambiente Natural, Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários são coordenados, respectivamente, pela promotora de Justiça Maria Fernanda Corrêa da Costa e pelo promotor de Justiça Carlos Eduardo Silva. Ambos atuam para a propagação e compartilhamento de conhecimentos referentes às duas áreas.

A coordenação-geral dos Centros de Apoio Operacional, que também atuam nas áreas Cível, Recuperação Judicial, Falência e Terceiro Setor, Criminal e da Execução Penal, Cidadania, Consumidor, Educação, Eleitoral, Violência Doméstica contra a Mulher, Infância e Juventude, Júri, Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, é feita pelo promotor de Justiça José Mariano de Almeida Neto.

M



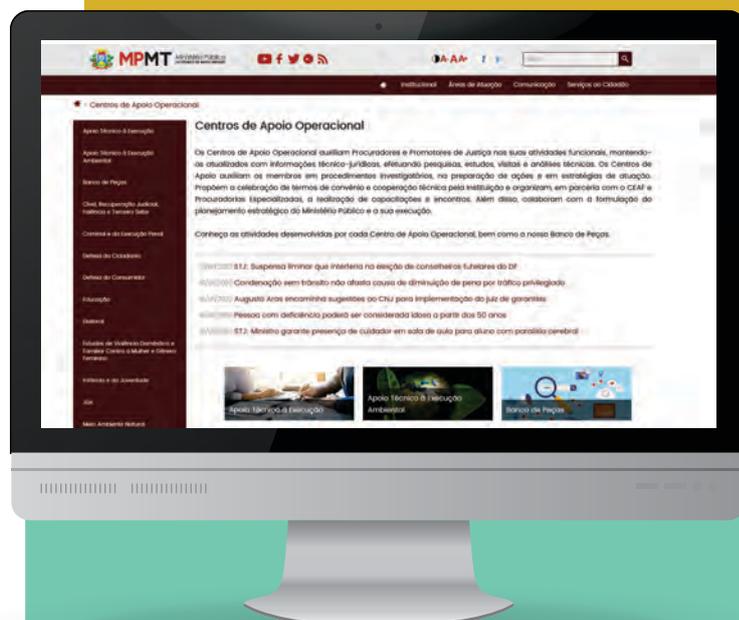
Monitoramento de Nascentes em Mato Grosso

“

Com o geoprocessamento de imagens conseguimos identificar a dinâmica do desmatamento, quantificando e qualificando-o ano a ano.

”

Promotor de Justiça Marcelo Caetano Vacchiano



CONHEÇA O PORTAL DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MPMT  
SITE: [MPMT.MP.BR/PORTALCAO/](http://MPMT.MP.BR/PORTALCAO/)



Então, no dia 31 de janeiro de 2009, após 30 anos militando na área criminal, eu me aposentei compulsoriamente no Ministério Público de Mato Grosso. Acordei de um sonho bom. Aí eu me lembrei do dia em que cheguei à minha primeira comarca, Barra do Bugres, após uma viagem de seis horas numa estrada que estava sendo aberta. A conselho do Corregedor-Geral, dirigi-me diretamente à Prefeitura, porque naqueles tempos os prefeitos ajudavam os promotores, nosso orçamento era o mais enxuto dos poderes, do que um Procurador-Geral se vangloriava! E eu estava marrom, coberta pelo pó da estrada, pois meu fusquinha sem ar condicionado tinha que rodar com as janelas abertas. Quando perguntei pelo prefeito, a secretária me disse que não era dia de “dar esmolas”, então avisei que era a Promotora de Justiça. Após mil pedidos de perdões, ela disse que ele me esperava. E lá veio aquela figura simpática, mandando trazer uma bacia de água, sabonete e uma toalha para eu me lavar. Não havia água encanada, nem luz elétrica. Só de um

motorzinho ligado às 16h e desligado às 22 horas.

Não havia casa para promotor, só para juiz. E eu me instalei no gabinete, no Fórum, com minhas caixas d’água de 50 litros à guisa de estantes, com meus livros, minha máquina de escrever, e uma muda de roupa, que toda manhã a lavadeira buscava e entregava limpa para usar no dia. Minhas malas cor de rosa ficaram na casa da escritã. E dormia num sofá-cama, no gabinete. Trabalhava sem parar, porque por um ano e meio a comarca não teve juiz ou promotor. Após as 22 horas, trabalhava com um lampião à gás. E sem ar condicionado, janela aberta devido ao calor, fiquei toda picada de pernilongos. Ainda bem que não havia dengue. Nem TV, nem telefone, comunicação nenhuma, e firmei minha maneira de ser, atuar, redigir denúncias, alegações e recursos de maneira totalmente independente.

Aí vieram três ou quatro comarcas para atender. Oficiei aos juízes comunicando onde estaria nos dias do mês e

autorizando a fazer as audiências, que depois eu ratificaria, para evitar nulidades. E vieram problemas com o machismo de alguns juízes, porque fui a primeira Promotora de Justiça do Estado depois da divisão. Com um magistrado, em Jaciara, em audiência, tive que chamá-lo para o xingamento, ou para o tapa, porque na ocasião era judoca, ou para o tiro, porque andava armada com meu .38 e uma doze de dois canos. Ele me afrontou. E o réu disse ao Oficial de Justiça ao lado: “Ela tá ganhando, né?” O réu sempre sabe quando o promotor é correto e o juiz falseia.

Respondendo pelas comarcas, naquele tempo, por orientação da chefia do MP, os prefeitos mandavam me buscar e pagavam meu marmitex, do qual eu comia metade no almoço e metade na janta. Brigavam para me buscar e devolver à minha moradia. Hoje imagino quanta corrupção não houve em nome das “viagens e refeições da promotora!” Jamais cobrei uma diária, porque é destinada a viagem, hospedagem e refeições. Eu dormia num colchão no gabinete dos fóruns, protegida pelos moradores, segundo me disseram. Os prefeitos me buscavam e devolviam e pagavam meu marmitex. Levei muita bronca de colegas por não cobrar diárias, que alguns cobravam até 22. Mas sempre gostei de ser assim, honesta, respeitando o dinheiro público.

E o maior elogio que recebi foi de um procurador que, em 1991 me disse que eu era muito criadora de caso porque vivia perseguindo pessoas importantes. Os corruptos da ocasião. Eu fazia naquele tempo o que o GAECO faz hoje. E ele completou: “Você só será



Procuradora de Justiça aposentada Sílvia Guimarães, com os colegas Procuradores de Justiça Luiz Alberto Scaloppe e Luiz Eduardo Jacob

promovida por antiguidade, assim mesmo porque não podemos rejeitá-la, porque você é a melhor”. E sempre fui promovida por antiguidade! Adorei!!! O melhor período de um promotor é a atuação no interior. As pessoas conhecem o bom promotor, o honesto, o trabalhador, o pontual e a melhor frase que ouvi das pessoas a quem aconselhava era: “Vou fazer o que a senhora disse, porque abaixo de Deus, a senhora”. Somos a esperança da população sofrida e injustiçada! Sei que muitos dos colegas atuais também escutam essa frase, e eu me orgulho de pertencer a essa Instituição que foi e é minha vida. **M**



“ Eu me orgulho de pertencer a essa Instituição que foi e é minha vida. ”  
Procuradora de Justiça aposentada Sílvia Guimarães



## PROJETO **CicloVERA**

PROMOVE SEGURANÇA E MELHORA A MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO

Por Rosângela Miles

**P**ara fugir do trânsito e ganhar tempo, Poliana Sousa Simão, 31 anos, recepcionista, moradora no município de Vera há 20 anos, usa a ciclovia todos os dias para ir e vir do trabalho. Desde que a pista foi inaugurada há um ano, Poliana deixou de se arriscar pelas ruas. “Logo que saio do meu bairro (Sol Nascente) pego a bicicleta e em seguida entro na ciclovia, em 15 minutos já estou no meu trabalho, faço isso quatro vezes ao dia. Antes as pessoas andavam pelas avenidas todas amontoadas e tinha muitos acidentes, agora as coisas mudaram. Fico feliz com a ciclovia, pois além de usá-la todos os dias, também participei das atividades de pintura das faixas”, declarou.

Com o objetivo de melhorar a mobilidade urbana e promover maior segurança aos moradores de Vera que utilizam a bicicleta como meio de transporte, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em parceria com a Defensoria Pública, polícias Civil e Militar, Prefeitura Municipal e com apoio do Poder Judiciário, criou o projeto CidoVera. Há um ano em funcionamento, a faixa exclusiva para ciclista tem seis quilômetros de extensão e atende a população que necessita usar a bicicleta todos os dias.

A criação da ciclovía foi possível após acordos judiciais e extrajudiciais, transações penais, termos de ajustamento de condutas e propostas de suspensão condicional do processo. Todo material utilizado para instalação da pista, como solventes, tintas, microesferas de vidro e “olhos de gato”, foram adquiridos por meio da parceria.

O promotor de Justiça Willian Oguido Ogama afirma que a ideia do projeto surgiu em razão de Vera possuir muitos ciclistas. “Eles dividiam as vias com os veículos automotores, o que ocasionava acidentes. Com a segregação da via pelas ciclofaixas, o trânsito ficou mais organizado e seguro. A cidade também está mais bonita e moderna com o novo visual”, afirmou.

A faixa exclusiva para ciclista vem ao encontro da Lei de Mobilidade Urbana, que estabelece que as ciclovias fazem parte da infraestrutura de mobilidade urbana e que nos municípios sem sistema de transporte público coletivo ou individual, o Plano de Mobilidade Urbana deverá ter foco no transporte não motorizado e no planejamento da

infraestrutura urbana destinada aos deslocamentos a pé e por bicicleta. Por se tratar de projeto de ordem urbanística, relacionado ao direito ambiental artificial, bem como à mobilidade urbana, os recursos são obtidos em acordos e transações penais.

“O Município se tornou parceiro, até porque para a consecução das obras, havia a necessidade da adesão do poder público. Os demais parceiros, Defensoria Pública, Polícia Judiciária Civil e Polícia Militar, foram importantes



“ Com a segregação da via pelas ciclofaixas, o trânsito ficou mais organizado e seguro. A cidade também está mais bonita e moderna com o novo visual. ”

Willian Oguido Ogama - Promotor de Justiça





Promotoria de Justiça, Prefeitura, Defensoria Pública, Polícia Judiciária Civil e Polícia Militar e demais parceiros

para a divulgação, contribuindo na conscientização dos usuários. Atualmente, a maioria dos ciclistas utiliza a ciclofaixa e os veículos respeitam a delimitação, havendo um trânsito mais seguro e organizado”, acrescentou o promotor.

O defensor público Vinícius Ferrarin Hernandez enalteceu a iniciativa do Ministério Público. “A gente percebe que Vera é uma cidade que se locomove basicamente por meio de bicicletas, e a proposta da ciclovia, idealizada pelo MP, veio ao encontro das necessidades dos moradores, evitando acidentes e melhorando a qualidade de vida da população”. **M**



## CIDADE PLANA

Vera possui uma população de apenas 11.305 pessoas, segundo o último censo. Com uma área de 2.989,11 km<sup>2</sup>, o município pertencia, até 1986, a Sinop, ano em que foi emancipado. A economia se baseia no cultivo de grãos, pecuária e extração vegetal. A área urbana é plana e mais da metade da população se utiliza da bicicleta para o deslocamento, sendo esse o principal meio de transporte.

## EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

Desde agosto de 2018, a Polícia Militar desenvolve campanhas de educação de trânsito nas escolas Estadual e Municipal de Vera, com o objetivo de conscientizar as crianças e adolescentes, além de orientá-los a utilizar a ciclofaixa quando da locomoção por meio das bicicletas. Além disso, foram realizadas blitz educativas, visando a orientar os usuários, nas principais vias da cidade.



# ÁGUA PARA O FUTURO

## CARTILHA ENSINA PASSO A PASSO PARA IMPLANTAÇÃO DE METODOLOGIA DO PROJETO

Por Anderson Pinho

A reprodução da experiência pioneira do projeto Água para o Futuro na proteção das nascentes em Cuiabá estará à disposição dos municípios mato-grossenses a partir de março de 2020. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), por meio da 17ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística e do Patrimônio Cultural da Capital, elaborou uma cartilha contendo o passo a passo de como implantar a metodologia e assegurar a conservação dos recursos hídricos nas cidades.

Em fase de conclusão, a cartilha reflete a disposição do MPMT em auxiliar as prefeituras com iniciativas que visem o interesse coletivo e na proteção do seu patrimônio ambiental. No caso do Água para o Futuro, o projeto une a legislação e conhecimento científico no enfrentamento de uma crise hídrica que ameaça cidades e estados brasileiros e que já afetou fortemente cidades como Brasília e São Paulo.

O projeto foi implantado em 2015, prioritariamente, para garantir a segurança hídrica na capital de Mato Grosso e o abastecimento de água potável pela identificação, preservação e recuperação das nascentes. A metodologia do Água para o Futuro, projeto idealizado pelo promotor de Justiça Gerson Natalício Barbosa, foi construída pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) juntamente com a equipe multidisciplinar do projeto formada por geólogos, hidrogeólogos, engenheiros

florestais, engenheiros sanitaristas, biólogos, especialistas em sensoriamento remoto e em tecnologia da informação, entre outros profissionais.

A cartilha ilustrada traz detalhadamente todos os requisitos técnicos mínimos para a implantação do projeto, os equipamentos necessários para a confirmação e caracterização das nascentes, bem como os profissionais indispensáveis para formação da equipe que atuará na linha de frente do projeto. De forma didática, a publicação funciona como um roteiro básico para a implementação do projeto no município. O trabalho inclui análise de solo, vegetação e fauna para saber se a vida presente naquele ambiente é compatível com a presença de água na região analisada.

O coordenador do CAEx Ambiental, promotor de Justiça Marcelo Caetano Vacchiano, narra que municípios como Itiquira, Chapada dos Guimarães e Nobres já manifestaram interesse no projeto. Em Jaciara (a 144 km de Cuiabá) o projeto já foi implantado, tendo sido confirmadas e caracterizadas 43 nascentes em 15 possíveis pontos, gerando 12 relatórios técnicos. A atividade naquele município é parte de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Vacchiano explica que para a implantação do Água para o Futuro, o município precisa demonstrar o desejo pela implantação do projeto para recuperação de nascentes.

"O prefeito ou sua equipe deve entrar em contato com a Promotoria de Justiça da Comarca do município pra deflagrar um procedimento no qual o gestor manifesta o interesse de ver o projeto implantado na cidade. A partir daí é formalizada a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso e o município. Depois disso que é encaminhada essa metodologia para que o município execute o projeto", esclarece.

O coordenador pontua que o projeto no município ficará sob a responsabilidade do promotor de Justiça da Comarca, já que o destinatário posterior dos resultados é o Ministério Público que, por sua vez, vai promover depois a recuperação das nascentes, através de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). "Não sendo possível o TAC, pode ser via ação civil pública ou outras medidas judiciais viáveis para o caso", completa o promotor de Justiça.

O Procurador de Justiça Luiz Alberto Esteves Scalope, que está revisando a cartilha, esclarece que a interiorização do projeto deverá ser deflagrada no dia 22 de março, data em que se comemora o Dia Mundial da Água. A iniciativa bem-sucedida do MPMT na identificação, proteção e recuperação de nascentes já despertou o interesse de outras cidades do país como Brasília (DF), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Salvador (BA), Rio de Janeiro e Niterói (RJ). Também foram realizadas videoconferências para a apresentação do projeto junto a entidades públicas dos estados do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Paraná.

"O projeto Água para o Futuro vem ao encontro dos objetivos do desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU, dentro da agenda do meio ambiente. Dos 17 objetivos, o de número seis é melhorar a qualidade da



**Desde que foi criado o Projeto Água para o Futuro já mapeou e caracterizou 267 nascentes de água em Cuiabá, Jaciara e Várzea Grande**



resíduos e minimizando a liberação de produtos químicos e de materiais perigosos, assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para evitar a escassez, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos e proteger e restaurar ecossistemas relacionados com nascentes e mananciais", destacou o Procurador-Geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira.

O sucesso do projeto foi tamanho que ele foi apresentado em setembro passado a uma comitiva de integrantes do Ministério Público do Quênia. Liderada pelo procurador-geral Noordin Haji, a comitiva esteve no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para conhecer o funcionamento do aplicativo "Água para o Futuro", em sua primeira experiência internacional.

Premiado na edição Prêmio CNMP 2018, o aplicativo tem a finalidade de mapear e de identificar irregularidades ambientais em nascentes de água. O CNMP celebrou o acordo de cooperação com o MPMT em outubro de 2018 a fim de disponibilizar o aplicativo para os ramos e unidades do Ministério Público brasileiro.

## RESULTADOS

Desde que foi criado em 2015, projeto Água para o Futuro mapeou e caracterizou 267 nascentes de água em Cuiabá, Jaciara e Várzea Grande. Até dezembro de 2019, não havia sido confirmada a presença de nascentes em Chapada dos Guimarães. A equipe multidisciplinar do projeto ainda analisou em campo outros 1.380 possíveis pontos de prospecção de nascentes nas três cidades, onde não foi possível realizar a confirmação das nascentes por se tratar de áreas severamente alteradas ou de canais efêmeros. No total foram vistoriados *in loco* 1.647 locais de possíveis nascentes. **M**



## PROCEDIMENTOS EM INVESTIGAÇÃO E TACS

- **148** Inquéritos Cíveis;
- **20** Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) referentes à recuperação de 80 nascentes na zona urbana de Cuiabá. Os TACs firmados abrangem a recuperação de 47 nascentes degradadas;
- Em Jaciara são **9** Inquéritos Cíveis que abarcam todas as 43 nascentes confirmadas e caracterizadas;
- São **10** Ações Cíveis Públicas (ACPs) em tramitação e 190 investigações formalmente instauradas com o objetivo de investigar e promover a recuperação de 223 nascentes com degradação.

Fonte: Relatório de Informações do Projeto "Água para o Futuro" 2019.

## MAPEAMENTO DE NASCENTES EM CUIABÁ, JACIARA E VÁRZEA GRANDE



Fonte: Relatório de Informações do Projeto "Água para o Futuro" 2019.



# #MPMT

*Estamos na Rede*  
*Curta, inscreva-se, siga a gente*



-  @mpemt
-  facebook.com/mpemt
-  @mpdemt
-  canal mpmt
-  www.mpmt.mp.br

# Minha História

**M**eu nome é Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior, nascido na cidade de Ibitinga, Estado de São Paulo, em 27 de junho de 1947, filho de Waldemar Rodrigues dos Santos e Linda Pizani dos Santos, ambos já falecidos.

Meu pai era neto de portugueses e minha mãe filha de italianos, todos imigrantes que um dia aportaram em Ibitinga, onde foram trabalhar nas lavouras de café e algodão.

Mais tarde, meu pai dedicou-se à arte fotográfica e acabou por tornar-se fotógrafo; minha mãe, por sua vez, cuidava de toda família, composta por pai, mãe, eu e três irmãs. Eu era o “caçula”.

Mudamos para a cidade de Bauru-SP quando eu contava com apenas três ou quatro anos de idade. Meu pai abriu um “ateliê” fotográfico numa das principais avenidas daquela cidade e foi ali que fui criado.

Também foi em Bauru que contrái meu primeiro casamento com a Sra. Abelarda, nascendo desse relacionamento dois filhos: Waldemar Neto e Rosenwal. Ao depois, casei-me com a Sra. Edlayne, com a qual tenho uma filha: Linda Pizani (nome dado em homenagem à minha mãe). De um relacionamento fora das núpcias, nasceu minha filha Luciana.

Tenho seis netos: Leonardo; Willian; Ana Paula; André Luiz, Julia e João Pedro.

Por ser único filho homem da família e o “caçula”, fui muito mimado na infância e juventude. Ainda adolescente, pensava em ser mecânico de veículos...uma certa paixão por graxa.

Ao depois, ainda jovem conheci um rapaz que veio a namorar minha irmã mais velha – Neuza –, com quem, tempos depois, terminada a faculdade, contraiu núpcias.

Foi esse rapaz que um dia acabou mudando minha visão do mundo; oportunizou-me conhecer o estudo do Direito e, por fim, influenciou em meu pequeno mundo profissional. Enfim – ao lado de meu pai -, passou a ser meu parâmetro de honradez, idoneidade, honestidade e demais valores morais de que um ser humano necessita. O rapaz a que me refiro, tempos depois, tornou-se um dos maiores penalistas do Brasil. Falo de Damásio Evangelista de Jesus, homem da melhor cepa, do qual tive orgulho e honra de desfrutar da sua amizade e sabedoria.

## POR WALDEMAR RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR



### FORMAÇÃO EDUCACIONAL.

Fiz o jardim da infância e o primário completo no Grupo Escolar Ernesto Monte, em Bauru. Isso foi pelos idos dos anos 50. Apenas por curiosidade, nessa escola também estudou Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, rei do futebol.

Posteriormente, cursei o ginásio e escola normal no Colégio Guedes de Azevedo, de boas lembranças, posto que não mais existe. Isso nos anos 60.

Em 1970, ajudado pela minha irmã Neusa e Damásio, ingressei na Faculdade de Direito de Bauru da Instituição Toledo de Ensino, tendo concluído o curso em 1974. Foi a primeira turma a se formar em quatro anos. Antes eram cinco.

Nessa ocasião, morava em Pederneiras-SP, distante de

# no Mpmat



Bauru uns 30 km. Todos os dias uma Kombi nos levava até a faculdade em Bauru. O grupo era composto por 4 colegas.

Já formado, mudei-me para São Paulo, onde fui trabalhar como advogado na empresa "Cícero Prado S.A. Empresas Associadas", um grupo empresarial fabricante de papel.

Foi nessa empresa que comecei a dar meus primeiros passos na prática forense, percorrendo os fóruns de quase todos os estados da Federação. Atuei muito tempo com o direito empresarial, como, por exemplo, execuções, ações ordinárias, falências e concordatas. (hoje com novas denominações jurídicas).

Percebendo minha tendência para o direito criminal, em 1978 comecei a estudar com mais afinco, todos os dias da semana, pelo menos três horas por dia.

Desde muito jovem, já ouvia falar do Ministério Público Brasileiro. Acompanhei toda a carreira do jovem Damásio, desde sua primeira comarca e, nessa toada, ia conhecendo como funcionavam os escaninhos da máquina ministerial.

No início do ano de 1979, foi aberto concurso para Delegado da Polícia Federal e não hesitei em concorrer ao certame. Passei na prova escrita e, para minha surpresa, teria que me deslocar para Brasília, a fim de lá proceder a outros exames e cursos, cuja duração ultrapassava mais de 60 dias. Resultado: abandonei o concurso, pois, casado e com filhos pequenos, não podia abandonar o emprego.

Nesse mesmo ano, li um edital de concurso para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Não titubeei e, de pronto fiz minha inscrição em Cuiabá, na sede da Instituição, na Praça Alencastro, onde hoje está alojada a Prefeitura Municipal de Cuiabá. Na época era Procurador-Geral o Dr. Lourival Pinto de Souza (falecido), mas a posse nos foi dada pelo novo Procurador-Geral, Dr. Leônidas Duarte Monteiro (hoje, desembargador aposentado).

O concurso ocorreu no início do segundo semestre e ao seu final, somente seis concursandos lograram êxito. Além de mim, saíram exitosos os colegas: Sílvia Guimarães (aposentada); Luiz Gonzaga Bovo (hoje, promotor de justiça em São Paulo); Rogério de Oliveira Guimarães (falecido); Paulo da Cunha (hoje desembargador) e, finalmente Luiz Alberto Esteves Scallope.

Por ter dois filhos de tenra idade, acabei por escolher a comarca de Guiratinga, pois lá tinha um dos melhores hospitais do Centro-Oeste, a ponto de acolher pessoas que vinham de todos os cantos do país, inclusive, da Bahia.

Entre no exercício do cargo no dia 02 de dezembro de 1.979.

Na magistratura, acabava de assumir o cargo de juiz de direito, o Dr. Manoel Ribeiro Filho (aposentado), o qual fez as honras da casa, concedendo-me as boas-vindas.

No fórum que ficava no centro da cidade, não havia sala para o promotor de Justiça, o que motivou o Dr. Manoel a, prontamente, determinar o esvaziamento de uma espécie de cozinha, a fim de me alojar no ambiente.

Nessa época, a ausência de promotores de Justiça no Estado era considerável, o que me levou a substituir, ao

mesmo tempo, as comarcas de Alto Garças; Alto Araguaia; Poconé, Jaciara e Dom Aquino, Poxoréo, obviamente cumulando com Guiratinga. Convém esclarecer que naqueles tempos “bicudos”, usávamos nossos veículos, inclusive, em péssimas estradas de terra. Asfalto só havia entre Alto Araguaia e Rondonópolis e entre esta e Cuiabá. Nada mais! As diárias eram pagas ao final do mês.

Curiosidade. Certa ocasião, em Guiratinga, analisando um inquérito policial, observei que algumas diligências eram necessárias. Solicitei então a um funcionário do fórum que fosse até a delegacia de polícia chamar o Sr. Delegado (“Seu” Nenê), que a bem da verdade, era um oleiro mas, por indicação política ocupava aquele cargo – na época não havia telefone; só no “posto de serviço”. “Seu” Nenê chegou ao fórum um tanto esbaforido e foi logo dizendo: “Dr., agora não posso atendê-lo porque tenho que ir até uma fazenda onde o corisco matou dois homens”. De pronto respondi: “Não tem problema, o importante agora é cercar o bandido e prendê-lo em flagrante!” A gargalhada foi geral. Depois me explicaram: “corisco” era a denominação local dada ao raio.

De Guiratinga fui promovido para Rondonópolis, onde atuei por alguns anos na área criminal, na companhia de vários colegas, entre eles, o saudoso Dr. Valério Drago (defensor público), mas ligado diretamente ao Ministério Público; Dr. Luiz Beni Maia (aposentado); Dr. Luiz

Gonzaga Bovo; Dr. Leonir Colombo, entre outros.

Em 1987 fui promovido para a capital, muito embora ainda permaneci em Rondonópolis por quase um ano.

Em Cuiabá, inicialmente atuei na Vara de Família, nas agradáveis companhias do saudoso Prof. e Dr. Atílio Ourives; Dr. Semy Stefan (aposentado). Na área criminal, estavam à frente os Drs. Humberto Maranhão Ayres e o saudoso colega Dr. Eduardo Faria.

Em 1992 fui alçado, por promoção, ao cargo de Procurador de Justiça, atuando na área criminal, onde me encontro hodiernamente.

No cargo de Procurador de Justiça desempenhei, concomitantemente, várias outras atividades, dentre elas, a elaboração de projetos de lei que tratavam da reforma administrativa e salarial do Estado; atuei na Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) junto ao Tribunal de Justiça local; no Núcleo de Apoio para Recursos (NARE), além de ter exercido o cargo de Corregedor-Geral da nossa Instituição, bem como, o cargo de Procurador-Geral de Justiça Substituto e membro por vários anos do Conselho Superior do Ministério Público.

Dia primeiro de dezembro de 2019, completei 40 anos de atividade em nosso querido e glorioso Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

É isso aí ! **M**



# OPERAÇÃO POLYGONUM

## TRINTA E SEIS POR CENTO DOS CADASTROS AMBIENTAIS RURAIS CANCELADOS SÃO REGULARIZADOS

Por Ana Luiza Anache

**L**egalização de 36% dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs) cancelados com a Operação Polygonum e recuperação de aproximadamente R\$ 14 milhões de ativos aos cofres do Estado por meio de assinaturas de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Esses são os resultados do trabalho realizado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT) e a Delegacia Especializada de Meio Ambiente (Dema), de março a novembro de 2019. As audiências unificadas para conciliação e regularização das propriedades com o CAR poderão prosseguir no decorrer de 2020 e a expectativa é que dezenas de novos acordos sejam firmados.

Os promotores de Justiça Marcelo Caetano Vacchiano e Joelson de Campos Maciel relatam que a Operação Polygonum foi deflagrada em parceria com a Dema no

ano de 2018 após reunião realizada com o procurador de Justiça da Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística, Luiz Alberto Esteves Scalope. O objetivo era coibir crimes ambientais identificados no âmbito do Sistema Mato-grossense do Cadastro Ambiental Rural (Simcar). “Até o momento a operação se desencadeou em seis fases, estando denunciadas 11 pessoas. Após trabalhos de inteligência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e apoio da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), foram realizadas 36 buscas e apreensões e 30 prisões temporárias, bem como apreendidos veículos, equipamentos e valores em espécie”, relatam os promotores à frente das investigações.

O CAR foi instituído pelo Código Florestal Brasileiro - Lei N° 12.651/2012 – como um registro georeferenciado das informações ambientais das propriedades e posses rurais



do país. De acordo com o artigo 29, trata-se de um “registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento”.

Os promotores lembram que, inicialmente, foram identificadas aproximadamente 600 propriedades com CARs suspeitos de fraude. Após maior aprofundamento das investigações por meio de sistemas de sensoriamento remoto da Sema, foram identificadas inconsistências em 280 cadastros, dos quais 100 casos já foram regularizados.

“Após tomadas as medidas cautelares criminais necessárias, foram realizadas diversas reuniões entre MPMT, Sema e Dema, para identificar os problemas na gestão e proteção da vegetação nativa brasileira em Mato Grosso e como a corrupção encontrava terreno fértil no órgão ambiental. Os encontros ocorreram em outubro de 2018 e, a partir deles foram elencadas diversas constatações que serviram de base para, em janeiro de 2019, firmamos um Termo de Compromisso Ambiental”, acrescentam os promotores de Justiça.

O documento foi assinado pelo governador do Estado,

Mauro Mendes, e representantes do Ministério Público, Sema e Dema, estabelecendo melhorias em todo o sistema e uma série de medidas para evitar fraudes e garantir celeridade nos processos de emissão do Cadastro Ambiental Rural (CAR). “Posteriormente, foram realizadas diversas reuniões com o objetivo de discutir as normatizações e procedimentos operacionais para análise do CAR em seus diversos módulos. Também foram contratados 50 analistas e o Termo de Compromisso Ambiental está em regular acompanhamento”, relatam.

Mais de uma centena de audiências foram realizadas no Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição de Danos Ambientais (Nupia) e deverão continuar em 2020. “Cada caso de fraude está sendo analisado individualmente, em inquéritos civis e procedimentos policiais individualizados”, destacam.

## TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL

Assinado em 25 de janeiro de 2019, o TCA é considerado como uma vitória para a defesa do meio ambiente pois, se seguido à risca, evitará que irregularidades como as apuradas na Operação Polygonum voltem a ocorrer, bem como garantirá celeridade nos processos de emissão dos cadastros ambientais.

No documento, foram definidas obrigações relacionadas aos padrões de segurança do sistema de análise dos cadastros; acesso remoto às informações pelos órgãos fiscalizadores; regras quanto às compensações ambientais, monitoramento, autuações, embargos; infraestrutura de tecnologia da informação, recursos humanos e insumos técnicos; metas para regularização ambiental; ajustes na legislação; atualização das bases cartográficas, entre outras.



## PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO

Em atendimento ao TCA, a Sema elaborou em conjunto com o MPMT um Procedimento Operacional Padrão (POP) para análise e validação de Cadastros Ambientais Rurais (CARs) no ano de 2019. Ele atende parte da cláusula sétima do TCA, que estabelecia a elaboração de procedimentos operacionais padrão referentes ao processo de regularização ambiental no prazo de 120 dias.

O objetivo do POP é orientar e padronizar a análise e validação das informações declaradas no CAR, identificando a cobertura vegetal, hidrografia, uso alternativo do solo, a definição do percentual, alocação, delimitação e registro das áreas de reserva legal, de preservação permanente, uso restrito e passivos ambientais. Com a padronização, o resultado esperado é qualidade na análise e produtividade conforme as metas estabelecidas.

## CONTRATAÇÃO DE ANALISTAS AMBIENTAIS

Atendendo a mais uma etapa do TCA, 50 novos analistas ambientais foram selecionados, contratados e capacitados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema). Os servidores atenderão necessidade temporária e de excepcional interesse público. Eles foram aprovados no Processo Seletivo Simplificado realizado pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e contratados para trabalhar na análise e validação dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs).

“As pessoas que anteriormente faziam esse trabalho eram contratadas por mera indicação política. A partir de agora, foram selecionados servidores altamente qualificados, com comprovada capacidade técnica, que entendem de geoprocessamento. Com isso, a qualidade do trabalho passa a ser outra”, avalia Marcelo Vacchiano.

## 6ª FASE DA POLYGONUM

Para encerrar um ano de atividades intensas, em setembro de 2019 foi deflagrada pela Delegacia Especializada de Meio Ambiente e pelo MPMT a 6ª fase da Operação Polygonum, para cumprimento de 12 mandados de prisão e 13 de buscas, totalizando 25 ordens judiciais expedidas contra engenheiros florestais, empresário e servidores da Sema. Com foco na tipologia de áreas, a nova fase da operação foi resultado das investigações realizadas pelo MPMT e Dema, com apoio da Sema, do Ibama e da Politec.

Durante as investigações foram apuradas fraudes praticadas por servidores públicos, proprietários rurais e

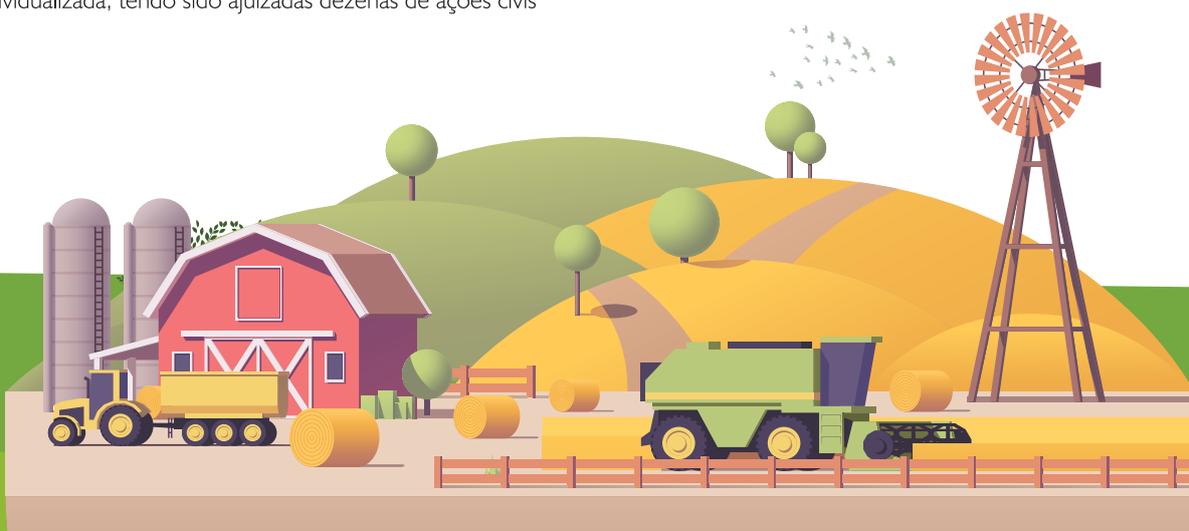
engenheiros florestais, no âmbito da Gestão Florestal, visando a supressão da vegetação nativa, diminuindo a área destinada à reserva legal. Os investigadores classificavam a tipologia da propriedade de área de floresta em área de cerrado, o que é proibido por lei. A partir daí, relatórios contendo informações falsas acerca do tipo de vegetação existente no imóvel eram encaminhados à Sema, órgão responsável por vistoriar a área e confrontar as informações apresentadas no laudo. Alguns servidores responsáveis pela vistoria *in loco* validavam as informações falsas, reenquadrando a classificação da fitofisionomia vegetal da propriedade rural, aumentando a área passível de desmate com diminuição do coeficiente de reserva legal. O que era floresta passava a ser, no papel, cerrado.

“Essa investigação tramita na 7ª Vara Criminal de Cuiabá, que processa e julga os delitos praticados por grupo criminal organizado. Além disso, foram instaurados diversos inquéritos civis com o objetivo de serem providenciadas as responsabilizações de forma individualizada, tendo sido ajuizadas dezenas de ações civis

públicas nas quais buscamos a recuperação de R\$ 583 milhões mediante a valoração do dano ambiental”, acrescenta Marcelo Vacchiano.

Ademais, além da responsabilização penal e civil, a Sema adotou medidas internas como instauração de procedimentos administrativos disciplinares, suspensão administrativa dos pareceres falsos e das autorizações de desmatamento expedidas com base neles.

A operação somente foi possível porque houve a participação ativa de diversos promotores de Justiça da capital e do interior, entre eles Ana Luiza Aliva Peterlini de Souza, Maria Fernanda Corrêa da Costa, Antonio Sérgio Cordeiro Piedade, Daniel Balan Zappia, Marcelo dos Santos Alves Correa, Ednaldo dos Santos Coelho, Cláudio Angelo Correa Gonzaga, Liane Amélia Chaves, Tessaline Luciana Higuchi Viegas dos Santos, Arthur Yasuhiro Kenji Sato, Luiz Fernando Rossi Pipino e Henrique de Carvalho Pugliesi, dentre outros.



## OPERAÇÃO POLYGONUM

- *Identificados aproximadamente 70.000 Cadastros Ambientais Rurais (CARs) inseridos no Banco de Dados da Sema;*
- *Cerca de 1.000 CARs foram validados;*
- *600 CARs aparentaram suspeitas de terem sido validados por meios fraudulentos;*
- *Foram confirmadas suspeitas consistentes de fraudes em 280 cadastros, que foram cancelados e atualmente são objeto de investigações individualizadas.*



## INQUÉRITO CIVIL PRECEDEU A OPERAÇÃO

O inquérito civil instaurado em outubro de 2017 com a finalidade de investigar o Programa de Regularização Ambiental no Estado de Mato Grosso foi arquivado em dezembro de 2019, por determinação dos promotores de Justiça Marcelo Caetano Vacchiano, Joelson de Campos Maciel e Maria Fernanda Corrêa da Costa. Ele foi o início de toda a investigação que resultou na deflagração da Operação Polygonum.

“Naquele momento, discutia-se no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente a legislação por meio da qual seria adequado o Sistema Mato-grossense do Cadastro Ambiental Rural (Simcar) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA) à luz do que preconiza a Lei N° 12.651/2012, conhecida como Código Florestal Brasileiro, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa”, revela Joelson Maciel.

Segundo o promotor de Justiça, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA) são instrumentos que se complementam e, juntos, constituem o alicerce de todo o sistema de gestão e proteção da vegetação nativa brasileira. No CAR, são identificados os passivos ambientais. Já no PRA, que é a etapa subsequente, é detalhada como será realizada a efetiva recuperação da área. “Todos os que forem identificados como possuidores de passivos ambientais deverão aderir ao PRA”, informa o promotor de Justiça.

No decorrer das investigações para apurar o programa de Regularização Ambiental que estava em fase de implantação, foram identificadas diversas inconsistências,

que resultaram em notificações recomendatórias ao órgão ambiental e no desencadeamento da Polygonum. A operação descortinou que os cadastrantes

inseriam informações inverídicas no sistema com a finalidade de alterar fato juridicamente relevante, além de que parte dos servidores da Sema manipulavam o sistema de forma fraudulenta, instalando-se no âmbito da secretaria uma organização criminosa.

A partir dos desdobramentos da investigação inicial, especialmente do ajuizamento de ações civis e criminais e da responsabilização administrativa dos envolvidos, verificou-se que o objeto do inquérito civil estava concluído, não existindo razão para a continuidade da tramitação. “As medidas adotadas estão sendo suficientes para equacionamento dos danos e ilegalidade que se verificaram. É preciso, agora, que haja o acompanhamento, em procedimento administrativo, do cumprimento, pelo Estado de Mato Grosso, do que ficou ajustado no Termo de Compromisso Ambiental”, argumentam os promotores de Justiça.

Os promotores de Justiça explicaram que foi determinada a instauração de procedimentos administrativos para acompanhar o cumprimento dos compromissos assumidos no TCA. A promotora de Justiça Ana Luiza Ávila Peterline de Souza, titular da 15ª Promotoria de Justiça da capital, acompanhará o cumprimento das obrigações assumidas pelo Estado. Considerando que houve solução administrativa para os fatos e inexistindo fundamento para a propositura de Ação Civil Pública, os promotores de Justiça determinaram o arquivamento do inquérito civil.

## AUDIÊNCIAS NO NUPIA DÃO RESOLUTIVIDADE E MELHORAM INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

As audiências unificadas para conciliação e regularização das propriedades que tiveram o Cadastro Ambiental Rural (CAR) cancelado pela Operação Polygonum estão sendo realizadas pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição de Danos Ambientais (Nupia), na sede das Promotorias de Justiça em Cuiabá. Cerca de 100 acordos já foram realizados, o que configura um bom índice de resolutividade conforme a 15ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa do Meio Ambiente Natural da Capital. Além disso, contribuem significativamente para melhorar a qualidade das informações ambientais no Estado.

Por meio de audiências unificadas, os proprietários e responsáveis técnicos são ouvidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT), Delegacia Especializada do Meio Ambiente (Dema) e Ministério Público Estadual (MPE) para que sejam realizados os procedimentos nas esferas cível, criminal e administrativa. A ação está prevista no Termo de Compromisso Ambiental (TCA) assinado entre os órgãos em janeiro do ano passado. “Esse é o grande diferencial, reunirmos todos os interessados na audiência quando, em um único

momento, resolvemos a questão nas três esferas. A pessoa que faz o acordo já sai com o CAR regularizado”, salienta Marcelo Vacchiano.

Joelson Maciel acrescenta que o objetivo é conversar e tentar viabilizar a regularização das propriedades que foram alvos da operação, buscando a solução consensual, identificando e corrigindo irregularidades. “Eventuais repercussões criminais serão equacionadas tendo em vista os instrumentos jurídicos previstos em legislação, inclusive mediante autocomposição e não persecução penal de acordo com critérios legais, de conveniência e oportunidade, conforme for o caso”, assinala.

Para a secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, as audiências também visam ao resgate da credibilidade da pasta, além de permitir que sejam avaliados os casos em todos os aspectos legais. “Esse é um esforço conjunto entre as três instituições para corrigir as inconsistências e trazer para a legalidade as propriedades que tiveram os registros cancelados em razão da operação”, reforça.

De acordo com Marcelo Vacchiano, desde a instituição do Nupia, em 2018, foram instaurados 331 procedimentos, dos quais 189 tiveram solução consensual e 142 procedimentos permanecem em tramitação, evidenciando uma resolutividade de quase 60%, incluindo as audiências da Polygonum. **M**



# Espaço Conviver

## É APROVADO PELOS SERVIDORES DA PGJ

Por Janã Pinheiro

“Agora temos um lugar agradável, bonito, confortável e organizado para almoçar, fazer lanche, tomar café, descansar ou até mesmo bater um papo com os colegas de trabalho. Na minha avaliação foi um dinheiro muito bem gasto pela atual administração. O Espaço Conviver trouxe dignidade para os servidores da Procuradoria-Geral de Justiça. Todas as vezes que eu venho aqui saio melhor para retornar ao trabalho”, destaca a servidora Maria Cristina Brito, que há 20 anos trabalha no Ministério Público Estadual, sobre a reforma realizada na área de alimentação.

Para otimizar o horário do almoço, ela costuma fazer as refeições na PGJ. “Antes eu almoçava rapidamente, porque além do espaço não ser agradável, tinha poucos lugares, então tínhamos que desocupar as mesas para os outros colegas. Agora temos mais mesas e cadeiras, uma TV para descontrair um pouco, assistir jornal, enfim, ficou

excelente. Além disso, a cantina ampliou seu cardápio e hoje temos mais opções de lanches rápidos e saudáveis. Um espaço como este, com certeza, impacta na qualidade de vida de todos nós”, elogia a servidora.

Quem também aprovou o novo espaço é o servidor José Gabriel da Silva, que trabalha há 23 anos na instituição. Todos os dias ele almoça na PGJ, como forma de reduzir os deslocamentos entre casa e trabalho. “Eu trago minha refeição pronta de casa e esquento no micro-ondas. Eu comia rapidamente e saía da copa. Hoje não, meu horário de almoço se tornou agradável. O lugar mudou da água para o vinho”.

Para ele, a reforma tornou a antiga copa mais “democrática”. “Antes, se quiséssemos fazer um lanche tínhamos que ficar em pé em frente à cantina ou trazer a comida para nossa sala. Agora não, temos onde sentar, tomar um café e tirar nossos 15 minutos de descanso

com mais prazer. Percebo que procuradores e promotores de Justiça estão usando também o Espaço Conviver, ou seja, hoje temos um ambiente bem mais democrático, o que é muito bom. Eu gostei de tudo, das cadeiras, mesas, sofás, da TV, das plantas, do grafite na parede, enfim, é um local prazeroso”, afirma o servidor.

O procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira ressalta que a atual administração tem buscado atender às expectativas e reivindicações dos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

“Um dos anseios que tínhamos na PGJ era por um espaço para lanche, almoço, momentos de descontração entre amigos e colegas. Nesse sentido, a subprocuradora-geral de Justiça Administrativa, Eunice Helena Rodrigues de Barros, junto à Diretoria-Geral e aos departamentos envolvidos, trabalharam para tornar esse espaço de convivência uma realidade”.

Conforme a subprocuradora-geral de Justiça Administrativa, Eunice Helena Rodrigues de Barros, o objetivo do Espaço Conviver é, além de motivar, contribuir para a qualidade de vida no trabalho.

“A ideia foi planejar um lugar em que as pessoas pudessem se reunir, conversar, fazer uma refeição, trocar ideias. Acho que conseguimos, foi algo emocionante o preparo desse espaço. Vejo agora que as pessoas estão muito felizes. Sou muito grata a todos que participaram”, enfatizou.



Espaço Conviver conta com uma deliciosa área externa com seis mesas de bistrô

**DETALHES** - O Espaço Conviver possui 100 m<sup>2</sup> de área construída, 45 lugares para sentar, sofá de canto para 15 pessoas, banquetas, área externa com seis mesas de bistrô, cantina, estação com micro-ondas, lavatório e cantina. O local atende a todas as normas de segurança, acessibilidade e conforto térmico. **M**





# Novos Membros

## QUATRO PROCURADORES DE JUSTIÇA SÃO EMPOSSADOS EM 2019

Por Janã Pinheiro

Quatro Procuradores de Justiça tomaram posse em 2019 no Ministério Público do Estado de Mato Grosso. A primeira solenidade aconteceu no dia 4 de fevereiro, quando tomou posse a Procuradora de Justiça Ana Cristina Bardusco Silva. O ato solene contou com a participação de diversos membros e servidores da instituição.

Ana Cristina Bardusco ingressou no Ministério Público do Estado de Mato Grosso em 16 de novembro de 1987. Atuou nas comarcas de Alto Araguaia, Cáceres e Cuiabá, no Núcleo de Defesa da Administração Pública e da Ordem Tributária.

No dia 14 de março foi a vez da Procuradora de Justiça Rosana Marra assumir o cargo. Além de atuar na Procuradoria Criminal, ela também assumiu a Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Rosana Marra ingressou no Ministério Público há 29 anos. Passou por todas as áreas de atuação da instituição e ultimamente estava no Núcleo Cível da Capital. No discurso de posse, ela falou sobre a sua trajetória e relembrou as dificuldades enfrentadas no início de carreira.

“Foi um período difícil, porém foi nessa adversidade que me tornei uma pessoa mais forte e destemida”, observou, destacando os problemas enfrentados, como atraso salarial, falta de estrutura de trabalho, estradas esburacadas, alto nível de criminalidade, entre outras situações.



Ana Cristina Bardusco tomou posse no cargo de Procuradora de Justiça no dia 4 de fevereiro de 2019



O Procurador de Justiça Roosevelt Pereira Cursine assumiu o cargo em abril de 2019, após 20 anos de atuação no Juizado Especial Criminal Unificado (Jecrim) de Cuiabá. Na solenidade, ele enfatizou a importância do trabalho desenvolvido como Promotor de Justiça e disse que o Jecrim se transformou em uma espécie de “pronto-socorro” de atendimento aos dependentes químicos e seus familiares.

Roosevelt Pereira Cursine foi promovido ao cargo pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por antiguidade. Ele ingressou na instituição em 1992 e passou pelas comarcas de Poconé, Jaciara, Cáceres, Várzea Grande. Por último, o promotor estava atuando como titular da 20ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital.

Roosevelt Pereira Cursine assumiu o cargo de Procurador de Justiça após 20 anos de atuação no Juizado Especial Criminal Unificado



Rosana Marra tomou posse no cargo de Procuradora de Justiça em 14 de março de 2019



Procuradora de Justiça Esther Louise Asvolinsque Peixoto atuou por cinco anos como coordenadora do Núcleo de Família

A última a tomar posse em 2019 foi a Procuradora de Justiça Esther Louise Asvolinsque Peixoto. Ao ser empossada, ela recordou memórias e histórias desde o início da carreira, na comarca de Guiratinga, em 1992. Relatou passagens, como quando atuou no primeiro processo, um mandado de segurança, o "turbilhão de funções" que desempenhava, fatos inesquecíveis e pitorescos vividos.

Contou sua trajetória como Promotora de Justiça pelo interior até chegar a Cuiabá, em 1998, onde atuou por cinco anos como coordenadora do Núcleo de Família. **M**



# Historia Preservada

## ARQUIVO CENTRAL DO MP CONCENTRA SUAS ATIVIDADES NA SEDE DAS PROMOTORIAS

Por Janã Pinheiro

O Arquivo Central do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, que reúne grande parte do acervo documental e histórico da instituição, agora funciona quase em sua totalidade na Sede das Promotorias de Justiça da Capital. Até 2019, parte do acervo estava na Procuradoria-Geral de Justiça e parte na sede. Após uma reformulação no espaço, dois terços do material passou para um único local.

A migração do Arquivo Central para a Sede das Promotorias otimizou o atendimento ao público, facilitou

o trabalho da equipe e trouxe mais dinamismo às pesquisas, já que majoritariamente o acervo arquivístico está reunido em um único espaço. Além disso, o novo espaço é mais amplo e agradável.

Todos os processos, procedimentos extrajudiciais e documentos administrativos são armazenados em arquivos deslizantes, que permitem maior organização, segurança, economia de espaço e otimização das buscas. E, dependendo da necessidade do setor, os arquivos deslizantes facilitam o remanejamento do acervo



arquivístico.

Atualmente o Arquivo Central do MP é composto por três conjuntos de arquivos deslizantes, onde estão armazenadas 14.340 caixas de documentos das unidades de Cuiabá e praticamente todas as Promotorias de Justiça do interior do Estado. Só em 2019 o Arquivo Central recebeu 3.655 caixas de documentos.

"Além do Arquivo Central guardar documentos importantes do MP, preservando parte de sua história e memória institucional, também é um local de pesquisa. Aqui, muitos servidores da instituição, advogados e partes interessadas fazem consultas rotineiras do acervo para instrução de outros processos e demandas diversas. E estamos receptivos para receber acadêmicos do Direito, da História e outras áreas do conhecimento. Por meio dos documentos que temos armazenados é possível, por exemplo, fazer um percurso histórico e cronológico do desenvolvimento do Ministério Público, tanto na área-meio como na área finalística, envolvendo orçamento, planejamento, obras e atuações judiciais e extrajudiciais de nosso órgão, enfim, temos tudo devidamente guardado e organizado", explica o gerente de Documentação e Arquivo, Rafael Adão.

O Arquivo Central do MP foi criado em 2007 e junto com essa unidade foram criadas uma série de regulamentações que disciplinam a gestão documental do órgão, a fim de orientar a classificação, organização e a destinação final do acervo arquivístico, estabelecendo o que deve ser guardado de forma permanente, devido seu valor histórico e probatório, e o que pode ser eliminado dentro de determinado prazo e das precauções devidas. <sup>M</sup>

*Arquivo do Ministério Público de Mato Grosso tem 14.340 caixas de documentos*



Por Janã Pinheiro

Vinte e sete anos após ter sido adquirida pelo Promotor de Justiça Alexandre de Matos Guedes – do Núcleo de Defesa da Cidadania –, uma das maiores obras do mundo jurídico foi doada para o Memorial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. A coleção “Tratado de Direito Privado”, escrita pelo jurista Pontes de Miranda, agora faz parte do acervo histórico da instituição.

Dividida em 60 tomos, a obra abrange uma vastidão de aspectos do Direito Civil e do Direito Comercial. Para concluí-la foram necessários 15 anos: seu primeiro tomo saiu publicado em 1954; o último foi concluído apenas em 1969.

O Tratado de Direito Privado é a mais notável obra de ciência no mundo jurídico. Nela, Pontes de Miranda estudou o direito privado com obediência e programa rigorosamente científico. Sua fonte mais extensa foi o Código Civil, que regula os fatos de que resultam direitos e deveres de ordem privada, pessoal ou real.

Primeiramente, o promotor doou a coleção para a biblioteca do MPMT, que agora ficará sob a tutela do Memorial da instituição.

“Essa coleção é um clássico do Direito Privado, adquiri em 1993, numa época em que os livros eram a única fonte de pesquisa, já que não existia a internet. Nós, promotores de Justiça, tínhamos que ter nossas próprias

# Por dentro FATOS & RE UMA DAS MAIORES OBRAS DO MUNDO JURÍDICO



Dividida em 60 tomos, a obra abrange uma vastidão de aspectos do Direito Civil e do Direito Comercial

# do Mp RELATOS

## TRATADO DE DIREITO É DOADA PARA O MEMORIAL DO MPMT



Promotor de Justiça Alexandre Guedes assina termo de doação da coleção

bibliotecas, era o nosso acervo de consulta. Mesmo com as mudanças feitas no Código de Processo Civil, esta obra ainda é fonte de pesquisa, pois ela trata de conceitos atemporais", ressalta.

Em aspectos gerais, pode-se afirmar que se trata de um trabalho de elevado nível de erudição. O autor, altamente influenciado pela doutrina alemã, introduziu uma série de novos conceitos no direito civil pátrio.

O rigor metodológico na divisão dos temas é uma das mais ímpares características da obra.

O Tratado também impressiona por seus números: trata-se da maior obra já escrita por um só homem, já que é composta de um total de 30.047 páginas, 11.728 obras jurídicas consultadas e 193 não jurídicas.

O promotor de Justiça Alexandre Guedes ressalta que em inúmeras circunstâncias, durante todos os anos em que a coleção esteve com ele, recorreu à mesma para que o MP pudesse vencer causas e fazer valer os direitos dos cidadãos.

"Essa obra foi escrita numa época em que o computador não existia, ou seja, foi feita à mão e em máquina de escrever. Como ela está ficando rara, entendi que para a coleção ser preservada e acessada era importante que fosse doada para o Memorial da instituição. Espero que ela possa continuar sendo uma importante fonte de pesquisa, já que nestas páginas está registrada a história do Direito", destacou. **M**

## EQUIPAMENTOS USADOS PELO GAECO SÃO DOADOS PARA ACERVO DO MEMORIAL



**AUTOMATIZADOR / GRAVADOR DE ROLO MODELO E MARCA VOX 03**

Função: Gravação e reprodução de sinais de áudio em fitas magnéticas de rolo.



**GRAVADOR MARCA NKS SUPER BASS SYSTEM**

Função: Gravação e reprodução de chamadas captadas em fita k7.



**GRAVADOR MARCA AIWA VOICE SENSOR TP-VS480**

Função: Gravação de chamadas em fita.

# #Eu Visitei O MEMORIAL



MEMORIAL  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Jacobed Corrêa da Costa, servidora aposentada do MPMT



Isadora Reginato Furlan, acadêmica do curso de Direito da UFMT



Luiz Beni Maia, Procurador de Justiça aposentado do MPMT



Maria Adevanilce da Silva Pinto Oliveira,  
servidora aposentada do MPMT



Wilson Vicente Léon, Procurador de Justiça aposentado do MPMT



Wilson Santos, deputado estadual da ALMT

# #Eu Visitei O MEMORIAL



MEMORIAL  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



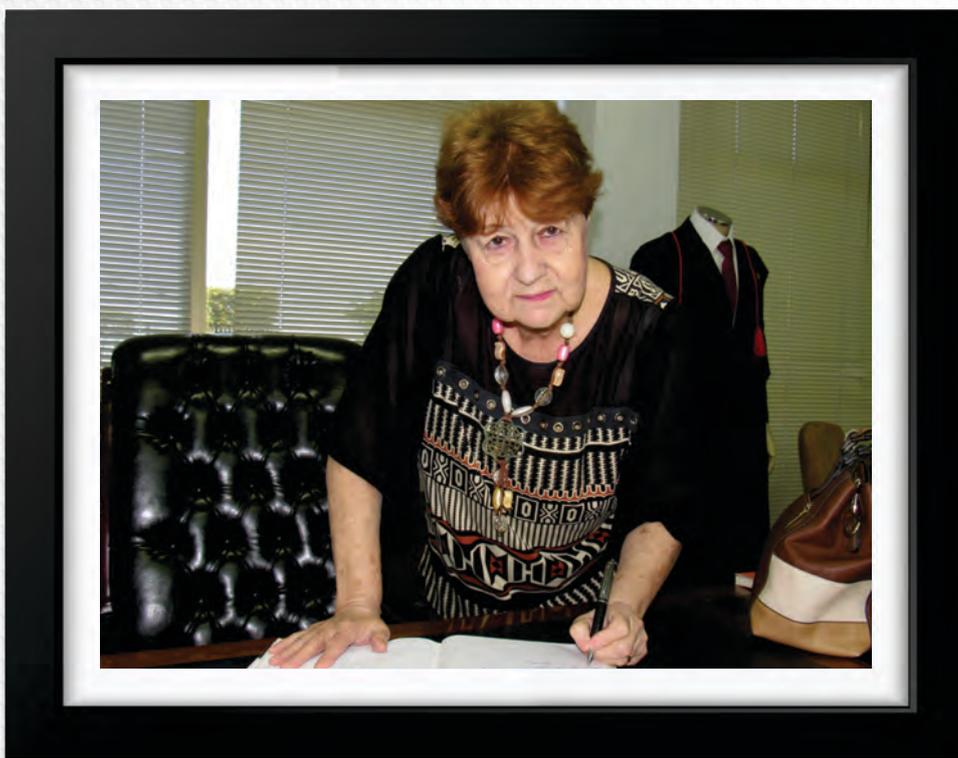
Mara Rebelo Rodrigues, servidora aposentada do MPMT



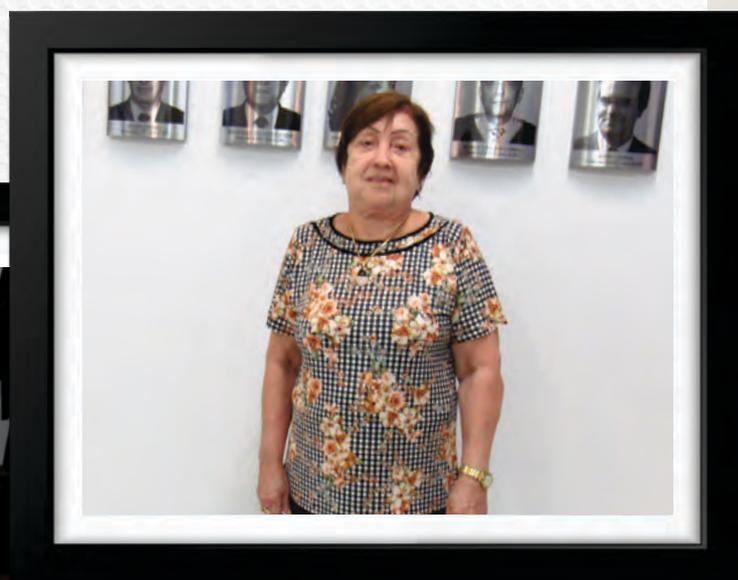
Geraldo Martins Matos, Promotor de Justiça aposentado do MPMT



Maria das Graças Truffi, Elizete Botelho, Vera Lúcia Preza e Lydia Bett, servidoras aposentadas do MPMT



Alair Molina Barcellos, servidora aposentada do MPMT



Afra Rosa de Almeida Prado, servidora aposentada do MPMT



Maria Auxiliadora dos Santos, servidora aposentada do MPMT

# #Eu Visitei O MEMORIAL



MEMORIAL  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Marcelle Rodrigues Costa e Faria, Promotora de Justiça Criminal de Cuiabá



Vivaldino Ferreira de Oliveira, Procurador de Justiça aposentado do MPMT



Odilon K. Uemura, Promotor de Justiça aposentado do MPMT



Leandro Leite de Amorim, major PMMT e Vando Mendes de Paula, cabo PMMT



Sebastiana Mercedes Oliveira Pereira, servidora aposentada do MPMT



Lilia Alves Ferreira, Procuradora de Justiça aposentada do MPMT

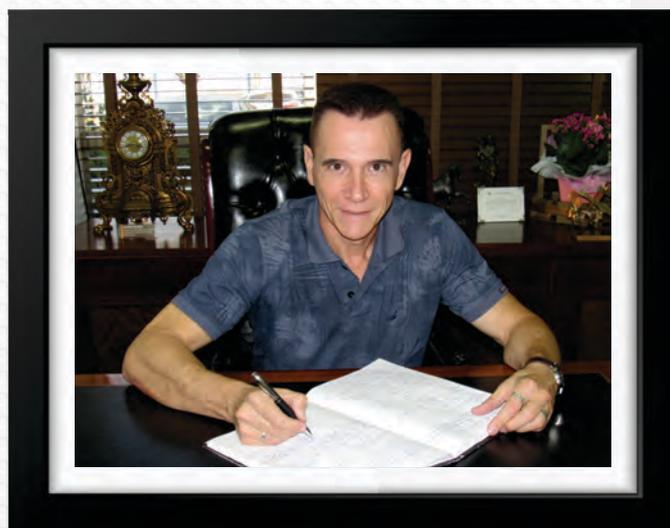
# #Eu Visitei O MEMORIAL



MEMORIAL  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Layde Costa Marques, nutricionista



Sérgio Lopes Marcondes, auditor contábil e fiscal em SP



Adriano Augusto Streicher de Souza, Promotor de Justiça e François Fernando Sales de Souza, servidor do MPMT



Morgana Moreira Moura, psicóloga do MPMT



Carlos Eduardo Pacianotto, Promotor de Justiça Criminal de Lucas do Rio Verde



Manoel Resende Rodrigues, Promotor de Justiça aposentado do MPMT

# #Eu Visitei O MEMORIAL



MEMORIAL  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Suziane Alves Teixeira, servidora da Promotoria de Justiça de Colniza



Wesley Hélio Ferreira Botelho, servidor da Promotoria de Justiça de Nova Canaã do Norte



Amanda Almeida Hayashi, servidora da Promotoria de Justiça de Sapezal



Cheila Gonçalves Neto, servidora da Promotoria de Justiça de Poconé



Annalise Santos Furtado e Monica Laisa Silva Itacarambi, servidoras das Promotorias de Justiça de Dom Aquino e Alto Araguaia, respectivamente



Antônio Alexandre da Silva, Promotor de Justiça aposentado do MPMT

# #Eu Visitei O MEMORIAL



MEMORIAL  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Samuel Frungilo, Promotor de Justiça Criminal de Cuiabá



Deosdete Cruz Junior, Subprocurador-Geral de Justiça  
Jurídico e Institucional



Flores Terezinha de Jesus, professora aposentada

# TELETRABALHO

*Programa-piloto de teletrabalho no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – MPMT, conforme diretrizes, termos e condições estabelecidos em Ato Administrativo do Procurador-Geral de Justiça. Entre os objetivos, estão:*



*Aumentar a produtividade dos servidores*



*Ampliar a possibilidade de trabalho aos servidores com dificuldade de deslocamento*



*Elevar as metas de eficiência no serviço público*





**Ouvidoria**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

# OUVIDORIA MPMT AQUI

A Ouvidoria é um serviço do Ministério Público colocado à disposição da sociedade para críticas, denúncias e informações sobre sua própria atuação.

É também um canal aberto de comunicação com o cidadão para defesa dos direitos da infância e adolescência, do meio ambiente, da saúde, da educação, do patrimônio público, entre outras áreas.

## ATENDIMENTO

Para registrar manifestação, solicitações e outros nos procure!

Segunda à Sexta-feira das 8h às 18h

Rua Quatro, Quadra 11, n.º 237, Centro Político e Administrativo,  
Cuiabá/MT. CEP: 78049-921

## CANAIS

[OUVIDORIA@MPMT.MPBR](mailto:OUVIDORIA@MPMT.MPBR) 

[WWW.MPMT.MPBR](http://WWW.MPMT.MPBR) 

127 